

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAILLTON FERNANDO DE MORAIS E SILVA

**DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL MARANHENSE: uma avaliação com base nos dados da
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no período de 2010 a
2017**

São Luís - MA
2019

RAILLTON FERNANDO DE MORAIS E SILVA

**DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
FORMAL MARANHENSE: uma avaliação com base nos dados da
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no período de 2010 a
2017**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Heric Santos Hossoé

**São Luís - MA
2019**

Silva, Raillton Fernando de Morais e.

Dinâmica e caracterização do mercado de trabalho formal maranhense: uma avaliação com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no período de 2010 a 2017 / Raillton Fernando de Morais e Silva. - 2019.

66 p.

Orientador (a): Dr. Heric Santos Hossoé.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Mercado de trabalho. 2. Emprego formal. 3. Setores de atividade. 4. PIB. 5. I. Hossoé, Heric Santos. II. Título.

RAILLTON FERNANDO DE MORAIS E SILVA

**DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL
MARANHENSE: uma avaliação com base nos dados da Relação Anual de
Informações Sociais (RAIS) no período de 2010 a 2017**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heric Santos Hossoé (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

2º Examinador (a)

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente que deu me o dom da vida e sabedoria de chegar onde cheguei. Ao corpo docente do curso ciências econômicas que contribuíram de forma importante na minha formação acadêmica.

Ao meu orientador prof. Dr. Heric Hossoé por ter acreditado no desenvolvimento do TCC contribuindo com seu conhecimento e desse modo agregando-o conteúdo.

Agradeço a meus pais Sr. José e dona Rosane que sempre me incentivaram a continuar nesse caminho de busca do conhecimento, mas principalmente em trilhar o caminho da honestidade sempre semeando o bem.

Agradeço a minha querida esposa Marcilene que esteve sempre do meu lado incentivando para que eu nunca desistisse da minha formação e ao Theo José nosso filho que apesar de não ter nascido já é motivo de alegria na nossa vida.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma caracterização do mercado de trabalho formal maranhense, buscando observar ainda a dinâmica do emprego formal, global e setorial, no período de 2010 a 2017. Esta tarefa é feita a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais, pelos quais se observam as características do mercado de trabalho formal brasileiro e maranhense, objeto de estudo desta pesquisa. Para o objetivo, o trabalho apresenta antes os aspectos históricos do processo de formação e consolidação do mercado de trabalho no país. Ao final, nos resultados do trabalho, se percebe que o mercado de trabalho maranhense apresenta baixa diversificação, dada a concentração do emprego formal no setor de serviço, com destaque à administração pública, além de ser predominantemente masculinizado, com escolaridade inferior ao nível superior e rendimento que não chega a 2 salários mínimos.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Emprego formal. Setores de atividade. PIB.

ABSTRACT

This paper aims to characterize the formal labor market in Maranhão, seeking to observe the dynamics of formal, global and sectoral employment, from 2010 to 2017. This task is based on data from the Annual Report on Social Information, by which we observe the characteristics of the Brazilian and Maranhense formal labor market, object of study of this research. For the purpose, the paper presents the historical aspects of the process of formation and consolidation of the labor market in the country. In the end, in the results of the work, it is clear that the Maranhão labor market presents low diversification, given the concentration of formal employment in the service sector, with emphasis on public administration, in addition to being predominantly masculinized, with lower education and higher education. income that does not reach 2 minimum wages.

Keywords: Labor market. Formal employment Activity Sectors. GDP.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil: emprego formal segundo setores de atividade econômica	29
Tabela 2- Brasil: emprego formal, segundo setor e sexo.....	31
Tabela 3- Brasil: emprego formal segundo setores e faixas de idade	33
Tabela 4- Brasil: emprego formal segundo setores e níveis de escolaridade	36
Tabela 5- Brasil: emprego formal segundo setores e tempo no trabalho.....	39
Tabela 6- Brasil: emprego formal segundo setores e faixas de rendimento	42
Tabela 7- Maranhão: emprego formal segundo setores de atividade econômica.....	48
Tabela 8- Maranhão: emprego formal, segundo setor e sexo	50
Tabela 9- Maranhão: emprego formal segundo setores e faixas de idade	51
Tabela 10- Maranhão: emprego formal segundo setores e níveis de escolaridade ..	54
Tabela 11- Maranhão: emprego formal segundo setores e tempo no trabalho	57
Tabela 12- Maranhão: emprego formal segundo setores e faixas de rendimento	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Brasil: PIB (esquerda, em bilhões R\$) e taxa de crescimento (direita)....	27
Gráfico 2- Brasil: evolução do emprego formal (direita) e taxa de crescimento (esquerda).....	28
Gráfico 3- Maranhão: PIB (esquerda, em milhões R\$) e taxa de crescimento (direita)	46
Gráfico 4- Maranhão: evolução do emprego formal (direita) e taxa de crescimento (esquerda).....	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: aspectos históricos e políticos ...	14
2.1	FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	15
2.1.1	PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO NO BRASIL	15
2.1.2	DE VARGAS À REDEMOCRATIZAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DO ASSALARIAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	18
2.1.3	FIM DO SÉCULO XX: ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO E AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	21
3	MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 2010-2017	26
3.1	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	26
3.2	PRODUTO E EMPREGO NO BRASIL.....	26
4	MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE: 2010-2017	45
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	45
4.2	PRODUTO E EMPREGO NO MARANHÃO.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

As questões relativas ao mercado de trabalho estão, de forma recorrente, inseridas nas discussões econômicas, seja em função dos seus aspectos conceituais, confrontando teorias e seus aspectos definidores quanto ao equilíbrio do mesmo, seja em função de seus aspectos práticos, pelas necessidades de se promover expansão do emprego como forma de absolver as expansões da mão-de-obra. Por um motivo ou outro, o tema é recorrente, ainda mais quando se assume que o mercado de trabalho oscila de acordo com o crescimento econômico, refletindo e sendo reflexo deste.

Tomando seu aspecto prático, para se promover ações voltadas a uma melhor alocação da mão-de-obra, torna-se necessário conhecer a dinâmica e estruturação do mercado de trabalho. Nesse sentido, vale dizer, a estrutura do mercado de trabalho brasileiro se desenvolveu de forma lenta e gradual, de modo que, até a década de 1930 ainda não havia se consolidado como mercado de trabalho assalariado e convivia com elevados índices de desemprego.

O processo de consolidação do mercado de trabalho assalariado brasileiro, que se estendeu até a década de 1980, sofreu um baque quando, ao longo da década de 1980 e 1990 o mercado de trabalho começou a apresentar excesso de mão-de-obra (elevação do desemprego), resultado do baixo dinamismo da atividade econômica do país nessas décadas. Os resultados deste baixo dinamismo sobre a economia maranhense se fizeram sentir quando da crise fiscal e do esgotamento dos efeitos multiplicadores dos investimentos no setor minero-metalúrgico, os quais, em linhas gerais, foram determinantes para as definições das bases da estrutura produtiva vigente no estado. Assim sendo, esta monografia parte dessa perspectiva e tem como objetivo fazer uma caracterização do mercado de trabalho formal maranhense, buscando observar ainda a dinâmica do emprego formal, global e setorial, no período de 2010 a 2017.

Como o que se busca fazer é uma caracterização do emprego formal no estado, foram tomados indicadores relativos à produção e o emprego maranhense no período considerado. As informações relativas ao emprego foram retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Já as informações sobre o mercado de trabalho, objeto central de avaliação, foram coletadas junto à Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social.

Para atingir o objetivo proposto o trabalho está dividido, além desta introdução, em mais em quatro seções. Na seção seguinte, a seção dois, são feitas algumas considerações com intuito de fornecer uma contextualização sobre o processo de estruturação e consolidação do mercado de trabalho brasileiro. A seção três, por sua vez, destina-se à avaliação da dinâmica e caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil. A seção quatro refaz o exercício aplicado na seção três, mas em âmbito estadual, avaliando as características do trabalho foram em sentido setorial, instrucional, de rendimento, entre outros. Por fim, na seção cinco são feitas as considerações finais a esta monografia.

2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: aspectos históricos e políticos

Um estudo sobre o mercado de trabalho atual perpassa antes pela consideração dos aspectos relevantes no que diz respeito ao processo de formação desse mercado e das relações de trabalho no país. Nesse sentido, segundo Inácio (2014), a constituição do mercado de trabalho brasileiro tem características específicas e sua análise é componente essencial para o entendimento da real situação econômica e social do país.

Nessa mesma esteira, Pochmann (2006) argumenta que o capitalismo estabeleceu as bases do desenvolvimento econômico sustentado na difusão do padrão de uso do trabalho assalariado, originalmente nas fazendas da segunda metade do século XIX. Isto, segundo ele, possibilita até a atualidade, a divisão em três períodos históricos que caracterizam o desenvolvimento do trabalho assalariado no país, a saber:

- *i* – de 1888 a 1930;
- *ii* – de 1930 a 1980; e
- *iii* – de 1980 até a atualidade.

O primeiro período corresponde à extinção da forma de ocupação até então predominante, pautada no uso da mão de obra escrava, e sua consequente passagem para aquela que se tornaria dominante, mão-de-obra assalariada. Em termos de dinamismo e objetivos, o país fundamentava-se na produção e exportação de bens primários, principalmente produtos agropecuários, a partir dos quais galgava sua inserção no mercado mundial.

O segundo período, por sua vez, corresponde à consolidação do assalariamento nas relações de trabalho, bem como da consolidação do mercado de trabalho nacional. Produtivamente, esta fase é caracterizada pelo processo de industrialização nacional, expansão estatal e nacionalização do mercado interno, aspectos estes que se traduzem em elevado dinamismo da atividade econômica do país ao longo do período.

Por fim, a terceira fase caracteriza-se pelo esgotamento do projeto de industrialização nacional, haja vista que os efeitos trabalhistas provenientes de políticas públicas implementadas durante os anos de 1930 e 1980 cessão, resultando em geração de excedente de mão de obra no mercado de trabalho.

Fundamentado na caracterização de Pochmann (2006), tem-se que para entender a posição e a situação do mercado de trabalho no Brasil atual é necessário fazer um breve histórico de suas origens e desenvolvimento, o que é feito nas seções seguintes.

2.1 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

2.1.1 PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO NO BRASIL

O período compreendido entre a abolição da escravatura (1888) e a Revolução de Trinta (1930) marca a primeira fase destacada por Pochmann (2006). Nesta fase, vale dizer, o rito abolicionista e sua passagem ao assalariamento se deram em função dos objetivos da economia brasileira de se inserir no mercado mundial. No entanto, cabe ressaltar ainda, que este processo não se deu de forma abrupta, pois, antes mesmo da abolição da escravatura propriamente dita, duas leis estabelecidas pelo Império já indicavam a iminente criação do mercado de trabalho livre no país, a saber: a “Lei de Terras” e a “Lei de Regulação do Trabalho no Regime de Colonato e Parceria”.

A Lei de Terras, cuja principal determinação dirigia-se à aquisição de terras, atuava restringindo as modalidades até então corriqueiramente praticadas de doação e posse. Seu efeito inicial foi o desenvolvimento de registros falsificados, uma vez que houve intensificação das práticas de grilagem adotadas pelos latifundiários que almejavam ter posse de terras às margens da lei criada (DUAILIBE, 2013).

De forma geral, estabelecida em 1850, a Lei de Terras dispunha sobre a titulação das terras ocupadas, definindo a propriedade privada das mesmas. Pela lei, passou-se a reconhecer a propriedade das terras do regime de sesmarias, devendo as demais, com base na regulamentação, ser destinadas pelo Estado à propriedade privada, através de uma compensação financeira estipulada pelo mesmo (DEDECCA, 2005).

Como a lei garantia a propriedade privada das terras oriundas do ciclo açucareiro e do ouro, nas quais a maior parcela da força de trabalho do país estava incorporada, e impossibilitou, quando da passagem ao trabalho livre, que essas

mesmas terras não poderiam ser ocupada pelos trabalhadores que nela atuavam, parece correto afirmar que o modo de regulação da propriedade privada constitui o início do problema agrário e o instrumento básico de subordinação do trabalho no país (INÁCIO, 2014).

A “Lei de Regulação do Trabalho no Regime de Colonato e Parceria”, por sua vez, instituída em 1879, reconhecia o caráter privado das relações de trabalho, garantindo assim autonomia unilateral aos proprietários de terras no estabelecimento e rompimento dos contratos. Havia, nessas condições, de forma legalmente estabelecida, o favorecimento aos proprietários nas relações de trabalho empregatícias (MATTOSO, 2000).

Se as leis da Terra e de Regulação do Trabalho no Regime de Colonato e Parceria traziam consigo movimentos latentes em direção ao fim do trabalho escravo, este veio a ser, de fato, legalmente extinto (mas não em termos efetivos) com a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), a partir das quais se tem “início” ao processo de imigração, pelo qual se redesenhou a dinâmica econômica do país. No entanto, a montagem do mercado de trabalho brasileiro utilizou apenas parcialmente a mão de obra disponível, pelo fato de organizá-lo associado à monocultura do café. Nessas condições, o Brasil estruturou o seu mercado de trabalho livre apoiado na preservação das atividades oriundas do período colonial (Inácio, 2014). Contudo, a mão-de-obra disponível não era suficiente – pelo menos em níveis técnicos – para atender as demandas, tendo o Estado que financiar uma política de migração externa que resolvesse o problema, estabelecendo um acordo político que orientou a constituição do mercado de trabalho livre no país (DEDECCA, 2005).

Apesar da abolição da escravatura não representar efetivamente o término das relações precárias de trabalho, ela marca o início do processo de estruturação do trabalho assalariado no Brasil, uma vez que o uso da mão de obra escrava predominou no país por mais de três séculos. Por se tratar de uma abolição “para inglês ver”, que não dispunha de uma margem para inserção da agora mão-de-obra livre, a abolição instaura instabilidade nas relações de trabalho nas grandes propriedades. A este respeito, vale dizer, tornou-se inevitável a existência de atritos entre fazendeiros e os, agora assalariados, trabalhadores que barganhavam melhores condições de trabalho (COSTA, 2014).

No que se refere à inexistência de inserção à recém-liberada mão-de-obra,

Nas cidades, a população negra de ex-escravos e de homens brancos sem propriedades enfrentava uma demanda quase inexistente para sua força de trabalho, ocupando-se dessa forma em atividades descontínuas, tais como: pequeno comércio varejista de produtos diversos, transportes de cargas, comércio ambulante e de alimentos, serviços pessoais, além do artesanato. No meio rural, predominavam os baixos níveis de produtividade apresentados pelas arcaicas atividades exercidas pelos trabalhadores não incorporados ao setor agroexportador, e a pobreza a qual estavam inseridos. A distorção entre as condições de trabalho da população desempregada nas zonas urbanas e rurais em relação aos empregados assalariados formais marca a continuidade das desigualdades sociais registradas no interior do país (COSTA, 2014, p.18).

Esta disparidade tanto entre as disponibilidades trabalhadores e demandas por eles, bem como em termos produtivos (de um lado, um setor atrasado, cuja produção destinava-se unicamente à subsistência do próprio trabalhador; e, do outro, um setor de produção em larga escala, com elevada produtividade) persiste ao longo do século. Somente no último quarto do século XIX a relação entre oferta e demanda de força de trabalho é afetada. Para elevar o nível de qualificação da mão de obra, necessária para a expansão da economia cafeeira, o Estado incentiva a imigração de trabalhadores estrangeiros, resultando em aumento de estrangeiros no país, principalmente italianos no estado de São Paulo.

Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação de grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos 1870, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi de 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália (FURTADO, 2007, p.188)

Como resultado natural do processo de expansão produtiva do setor cafeeiro, há migração de mão de obra o setor atrasado para o produtivo, o que, aliado aos estímulos estatais à migração de europeus, condicionou o acúmulo de oferta de mão de obra no setor agroexportador (núcleo dinâmico da economia), resultando em baixos níveis salariais e elevados índices de informalidade (AZEREDO e RAMOS, 1995).

Dado que o principal fator utilizado na produção era a mão de obra, o excesso desta e seus consequentes baixos níveis salariais, representavam aos produtores redução dos custos produtivos. Os grandes proprietários de fazendas, nessas condições, experimentavam elevados níveis de rentabilidade (acúmulo de capital), possibilitando expansão do nível de reinversão em novas áreas. O resultado disto é que o excedente de capital acumulado se traduziu em recursos disponíveis para o desenvolvimento do setor industrial no país, através da importação de tecnologias e

equipamentos das economias mais avançadas a fim de alcançar padrão produtivo semelhante aos destas economias (FURTADO, 2007).

Grosso modo, entre 1888 e 1930, as condições sob as quais o mercado de trabalho assalariado no Brasil é estruturado, podem ser resumidas, segundo COSTA (2014, p.20), como:

Um sistema de propriedade fundiária concentrada, no qual é relevante a presença de um contingente de trabalhadores imigrantes, resultante do esforço governamental; a adoção de um padrão técnico-produtivo desenvolvido externamente (destacando, aqui, a importação de equipamentos e tecnologia) em face de um processo particular de urbanização; e a assimetria espacial do desenvolvimento industrial, concentrado no sudeste do país. Caracteriza-se esse momento histórico pela oferta de mão de obra sistematicamente superior à demanda.

2.1.2 DE VARGAS À REDEMOCRATIZAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DO ASSALARIAMENTO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Após a abolição da escravatura, em 1888, o assalariamento tomou impulso, sobretudo a partir de 1930, quando se tem um projeto “formal” que busca promover a industrialização nacional, pautada na política de substituição de importações e na forte expansão estatal. Assim se inicia o segundo período destacado por Pochmann (2006), que se caracteriza, grosso modo, pelo estabelecimento de um mercado de trabalho nacional e a consolidação do trabalho assalariado como forma predominante de emprego da mão de obra no país.

Na medida em que se fortalecia o processo de substituição de importação, tinha-se maior desenvolvimento das técnicas produtivas e de setores até então coadjuvantes. Em meio a este processo, inovações tecnológicas eram introduzidas nos setores, transformando a produção deste de pequena para larga escala. Os rebatimentos dessa maior diversidade produtiva do país, dada a expansão dos demais setores, foi um maior dinamismo da atividade produtiva nacional, principalmente pelo setor industrial e pela formação de um mercado consumidor doméstico.

A partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, o capitalismo brasileiro viveu um processo intenso de “acumulação industrial”, realizando um salto industrializante inédito para a economia. As formas de acumulação de capital observadas no Brasil até então estavam sob o marco da agro-exportação do café, e a indústria era meramente acessória (INÁCIO, 2014, pp.11-12).

A incorporação das inovações resultantes da Revolução Industrial, como o emprego da energia elétrica, do motor a explosão, do desenvolvimento da indústria química, metalúrgica e de transportes em geral elevava a produtividade dos processos agora direcionados à produção em larga escala, conduzindo à maior competitividade da indústria nacional. Isto se dava bem em meio a uma situação inédita, na qual o desempenho da economia brasileira baseado no capital cafeeiro era colocado em xeque (DEDECCA, 2005).

Com efeito, dado o desenvolvimento do setor industrial, crescia também a oferta de postos de trabalho, principalmente trabalho formal. Isto não se dava a revelia, pois, como a mão de obra do setor industrial detinha certo grau de qualificação, os trabalhadores do setor, necessários para subsidiar o crescimento sustentável da economia brasileira, demandavam melhores condições. Além disso, entrava em vigor a recém-criada legislação trabalhista, pela qual as relações de trabalho passam por transformações substanciais com a introdução do salário mínimo e da regulação das relações de trabalho.

Entre 1940 e 1942, foi estabelecida uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho. Foram instituídos o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho, CLT) para o mercado de trabalho não agrícola, tendo essa última promovido uma organização sindical consentida pelo Estado (DEDECCA, 2005, p.100).

Cabe ressaltar que a institucionalização do trabalho assalariado não foi um processo rápido, o esforço no sentido de regular o mercado de trabalho teve início ainda na década de 1930, apesar de sua efetivação, com legislação específica, ter ocorrido somente na década de 1940. Este movimento era requerido para o processo de industrialização nacional, haja vista que se tornava necessário a criação de mecanismos regulatórios para os contratos de trabalho. No entanto, de início, tais esforços regulacionistas laborais destinavam-se, em geral, à proteção em caso de acidente de trabalho. Somente posteriormente são expandidos para a inclusão de trabalhadores idosos, inválidos e de seus dependentes, amparo à maternidade e às situações de doença, e, finalmente, estenderam-se para a concessão de abonos familiares e do seguro desemprego (DUAILIBE, 2013).

Em termos formais, a década de 1930 marca o início da regulação do mercado de trabalho brasileiro. Além das disposições acima mencionadas, a ação do Estado se mostrou presente ainda no estabelecimento de condições gerais para

o mercado de trabalho, como, por exemplo, a promulgação do Código de Menores, pelo qual se fixava a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, bem como dirimia sobre a jornada máxima de trabalho aos jovens e sua proibição de atuarem em regime de turno. Além disso, o Código dispunha ainda sobre o ordenamento do trabalho feminino, estabelecia equidade salarial. Paralelamente ao Código, há a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, através do qual o Estado se tornava um fiscalizador do exercício prático da legislação trabalhista, tendo como objetivo principal regular as transações entre partes (empregadores e empregados), a fim de que não se instaurasse um favorecimento unilateral como ocorrera com a Lei de Regulação do Trabalho no Regime de Colonato e Parceria (DUAILIBE, 2013).

A conjugação destes esforços se traduziu na publicação da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, em 1943. A despeito deste passo importante no caminho da estruturação e institucionalização do mercado de trabalho, parte significativa dos trabalhadores não eram abarcados pelos mecanismos regulatórios em suas relações trabalhistas. Isto porque, a ação da legislação em vigor atendia apenas os trabalhadores industriais urbanos e aqueles inseridos nos setores exportadores, deixava-se assim, às margens da lei, a maior parte da força de trabalho atuante no país, a qual estava vinculada a atividades rurais ou em atividades terciárias nas cidades (COSTA, 2014).

A década seguinte à promulgação da CLT representa uma retomada, com maior intensidade, da industrialização nacional, que começava a cair no “marasmo”. Este sopro de ânimo à industrialização resultou do lançamento do Programa de Ação Econômica do Governo, PAEG e, principalmente, do Plano de Metas (1956/1961) de Juscelino Kubitschek. O Plano, pautado na tríplice aliança formada por capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro, constituiu um ambicioso plano de modernização e industrialização do país. Já o PAEG foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Militar, em meados da década de 1960. Tinha como objetivo principal a reestruturação da estabilidade macroeconômica do país e a retomada do crescimento. Considerando os resultados conjuntos de ambas as ações, tem-se um impulso à indústria de bens de capital e de bens duráveis – principalmente indústria de base (siderurgias, energia elétrica, indústria química, indústria automobilística e petróleo), pela qual se garantia dinamismo elevado à

atividade produtiva brasileira, bem como elevação do emprego formal no país (DEDECCA, 2005; DUAILIBE, 2013).

Se as décadas de 1950 e 1960 marcam, na média, uma fase de crescimento expressivo, o mesmo não ocorre na fase final do segundo período destacado por Pochmann (2006). Na verdade, a década de 1970 marca a fase de estagnação do modelo de crescimento fundamentado na substituição de importações e na produção de bens duráveis, pois se instaurara na economia brasileira um ambiente de instabilidade resultante das elevadas taxas de inflação, da deterioração do balanço de pagamentos, da desvalorização da moeda e da corrosão das contas públicas. Tudo isso caminhando lado a lado com a redução da liquidez internacional em meio às duas crises do petróleo (1973 e 1979). Nessas condições, não haviam condições para manutenção da fase de crescimento da economia brasileira (INÁCIO, 2014; MATTOSO, 2000).

Grosso modo, entre 1930 e 1980, as condições sob as quais o mercado de trabalho assalariado no Brasil é consolidado, podem ser resumidas, segundo COSTA (2014, p.26), como:

I) a grande mobilidade de migrantes rurais para os centros urbanos diante do crescimento do trabalho assalariado e da ampliação dos setores industriais e de serviços; II) o aumento dos postos de trabalho formais⁸ em decorrência do alto dinamismo da economia nacional, garantindo melhores condições de trabalho aos empregados, haja vista a assistência da legislação trabalhista e previdenciária em vigor. Tal fato conduziu conformação do emprego assalariado como principal forma de ocupação do mercado de trabalho nacional. Em dados, tal afirmativa é reforçada quando se verifica que “entre 1960 e 1970, por exemplo, o número de contribuintes da Previdência Social passa de 3 milhões para 9,5 milhões, e chega a 23,8 milhões em 1980.

2.1.3 FIM DO SÉCULO XX: ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO E AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

As transformações no centro do capitalismo no último quartel do século XX, sobretudo a partir de 1980, repercutiram fervorosamente na dinâmica da economia brasileira e na evolução e estruturação do mercado de trabalho nacional. A partir de 1980 verifica-se a cisão dos ciclos extensos de crescimento dos países avançados fim dos “trinta anos gloriosos”) diante da intensa competição internacional, dos cenários de estagflação e da queda dos ganhos de produtividade (Costa, 2014). Assim se inicia o último período destacado por Pochmann (2006), caracterizado, além dos aspectos recessivos já listados, por elevado grau de variabilidade no

conjunto das atividades econômicas, estagnação da renda per capita e geração de um excesso de mão de obra.

De acordo com Mattoso e Baltar (1996), o país foi abalado pela crise da dívida externa durante a década de 1980, conduzindo o país a uma situação próxima da ingovernabilidade ao final da década. No quadro geral, do lado da demanda por trabalho, o crescimento econômico no Brasil foi baixo durante boa parte dos anos 80, favorecendo o desemprego elevado e o subemprego (Santos, 2013). Neste contexto, a condição do mercado de trabalho urbano no Brasil agravou-se com um lento crescimento do emprego formal e com um aumento na parcela dos assalariados sem contratos formalizados, destacando também uma maior ênfase nos trabalhadores por conta própria (SILVA, 2014).

Segundo MATTOSO (2000, pp.9-14),

Nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho... O desemprego e a precarização foram, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. Em outras palavras, o desemprego e a precarização cresciam com a retração das atividades produtivas (como em 1981-83, por exemplo) e voltavam a baixar quando a economia voltava a crescer (como em 1984-86) ou se estabilizava como durante a estagnação ocorrida entre 1987-89... Na década de 1990 a situação alterou-se profundamente. Nesses últimos anos, o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as consequências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las. O desemprego disparou.

Para Dedecca (2005), a crise dos anos 80 repercutiu-se de forma significativa sobre a atividade industrial, levando a uma queda de aproximadamente 25% da produção neste setor. Essa queda representou, pela primeira vez na história do país, a ocorrência de um desemprego em massa oriundo da indústria de transformação. Por se tratar de um desemprego industrial, o desemprego que se instalava na economia durante essa década era, essencialmente, urbano. Os trabalhadores deste setor, agora desempregados, sem possibilidades de serem reempregados, passaram a ocupar-se em atividades irregulares e/ou informais (INÁCIO, 2014).

No quadro geral, a década de 1980 marca um período de corrosão do mercado de trabalho, apesar dos ganhos institucionais decorrentes da promulgação da Constituição de 1988. Mesmo com direitos sendo assegurados pela nova constituição – que instaurava a democracia no país –, isto não se traduziu em

melhores condições para o mercado de trabalho na década seguinte. Isto porque, ao longo da década de 1990, em lugar de uma retomada econômica com geração de emprego e distribuição de renda, o país conheceu mais um período de quase estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social (DEDECCA, 2005).

De acordo com Mattoso e Baltar (1996), partir do início dos anos 90, o mercado de trabalho nacional, já marcado por condições estruturais de intensa heterogeneidade (com vasta gama salarial, elevados níveis de rotatividade e baixos salários) deteriorou-se ainda mais com a elevação de um desemprego resultante de importantes alterações da estrutura produtiva, a baixa dinâmica de geração de empregos formais e a crescente precarização das condições e relações de trabalho. A reestruturação produtiva consistiu nas profundas modificações nas formas de organização e gestão da produção, e da força de trabalho frente às inovações tecnológicas, que reduziam os custos operacionais e, principalmente, elevaram a produtividade do trabalho, encolhendo a participação dos trabalhadores nas fábricas, além das reformulações do mercado de trabalho (POCHMANN, 2007).

Paralelamente à perda de participação do trabalhador nas fábricas, da deterioração do mercado e das condições de trabalho, a década de 1990 marca o período de abertura comercial e políticas conservadoras, configuradas nos moldes neoliberais, pelos quais se pregavam maior integração com a economia internacional, desprezando os elementos estruturais do problema do emprego no Brasil. O resultado disto é que a base produtiva local foi fortemente exposta à concorrência externa, a produção e o emprego industriais caíram (INÁCIO, 2014).

A abertura indiscriminada da economia à competição internacional, a valorização do Real e a redução dos investimentos econômicos e sociais por parte do Estado tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho, e estes foram bem além do âmbito restrito da produção industrial e atingiram a totalidade da economia (BALTAR, 1996, p. 96).

Em conformidade com o argumento de Baltar (1996), no sentido de que a redução dos investimentos econômicos e sociais e as políticas conservadoras foram nocivas ao mercado de trabalho, MATTOSO (2000, pp.17-18) argumenta que:

O intenso processo de desestruturação do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90 e, sobretudo, durante o primeiro governo FHC (1995-98) teve como pedra de toque uma acentuada redução da capacidade de geração de empregos formais. Em outras palavras, depois de várias décadas de extraordinário dinamismo e de assalariamento, a economia nacional mostrou-se pela primeira vez incapaz de gerar postos de trabalho, não apenas relativamente à elevação da produtividade e aos novos ingressantes no mercado de trabalho, mas em termos absolutos. Ao longo dos anos 90

foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira. O desempenho negativo da geração de empregos formais da economia brasileira só não foi maior graças ao aumento do emprego público, ocorrido até meados da década. No entanto, com o processo de privatização das empresas públicas e com os sucessivos ajustes fiscais e seus respectivos cortes nos gastos sociais, o crescimento do emprego público e das áreas de educação e saúde (principais empregadoras) apresenta retração nos últimos anos.

A destruição de empregos vinculados ao setor público foi de cerca de 550 mil postos de trabalho, segundo Pochmann (2006), resultantes da mudança no papel do Estado no Brasil. Como estas mudanças se deram em função dos resultados pífios observados ao longo da década de 1980, o período de 1980 ao início dos anos 2000 pode ser resumido, grosso modo, segundo COSTA (2014, pp.31-32), como um período

Marcado pelo retrocesso da economia nacional, que apresentou baixo dinamismo econômico e baixa capacidade de absorção da mão de obra disponível, configurando, portanto, um cenário descontínuo em relação ao observado nas três décadas precedentes. A redução do nível de investimento para algo em torno de 17% do PIB em 1999, a ampliação das importações em decorrência da grande abertura comercial, a reformulação do setor público e a baixa taxa de expansão do produto conduziram a redução dos empregos qualificados.

No início dos anos 2000 a realidade de oportunidades para o mercado de trabalho não se mostra muito diferente. A economia apresenta baixo dinamismo, muito em função dos efeitos contraproducentes da crise energética de 2001, da redução de liquidez internacional após os ataques terroristas também em 2001, da instabilidade de confiança resultante da corrida presidencial de 2002 e do acirramento das políticas de estabilização no período de 2003 a 2005. No entanto, a partir de 2005 a realidade muda, pois a economia colhe os efeitos do aumento da demanda externa, principalmente pela China, e se insere em uma trajetória de crescimento aliado a taxa de inflação declinante. Os efeitos sobre o mercado de trabalho são de aumento do emprego formal, o que persistirá até 2013, mesmo diante dos efeitos da crise financeira de 2007.

Entre 2004 e 2008, houve inflação declinante do crescimento do PIB, explicado tanto pela demanda externa exercida pelo aquecimento da economia internacional e, em especial, pela China, como também por medidas tomadas pelo governo federal que afetariam a atividade econômica e, por consequência, o mercado de trabalho, nos anos seguintes. A partir de 2011, porém, a economia adentra um período de desaceleração, que somente não teve impacto maior no mercado de trabalho porque as medidas tomadas de incentivo ao consumo ainda promoveram crescimento não desprezível no volume de ocupações criadas, especialmente nas atividades de construção civil (MATTOS, 2015, p.69).

Após 2013, no entanto, o mercado de trabalho observa retração, como resultado da corrosão fiscal exacerbada do país e da instabilidade político-econômica que se instaurou. No âmbito legal, o destaque fica por conta da reforma trabalhista aprovada em 2017 (Lei n. 13.467/17), através da qual se prega uma maior flexibilização das leis trabalhistas, o que pode resultar em maior insegurança para os trabalhadores, reforçando as tendências recentes de deterioração das relações no mercado de trabalho (KREIN, GIMENEZ e SANTOS, 2018).

De forma geral, o mercado de trabalho brasileiro apresentou estruturação lenta e ainda por se completar. Apesar de ter saído de um mercado escravocrata, rural e de inexistência de segurança trabalhista ao trabalhador e passado a um mercado assalariado, urbano e com direitos garantidos constitucionalmente, experimentou períodos positivos e recessivos, com criação de novos postos de trabalho junto com o aumento dos empregos formalizados, mas nos últimos anos tem experimentado redução do emprego formal, dado o ambiente recessivo que se instaurou na economia brasileira. De forma geral esse movimento recente no que se refere ao emprego formal no país será observado no capítulo seguinte.

3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: 2010-2017

3.1 RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

A despeito das diversas fontes de informações disponíveis pelas quais a dinâmica do mercado de trabalho poderia ser observada, para manter a uniformidade estrutural dos dados, assim como se fará para o Maranhão, far-se-á para Brasil. Isto é, serão considerados os dados a partir das informações da RAIS/MTE.

Sobre a RAIS, corresponde à Relação Anual de Informações Sociais, instituída em dezembro de 1975, pelo Decreto nº 76.900/75. Formalmente, a RAIS é um Registro Administrativo, pois ao contrário das pesquisas domiciliares, nas quais a coleta tem objetivos especificamente estatísticos, na RAIS os produtos estatísticos

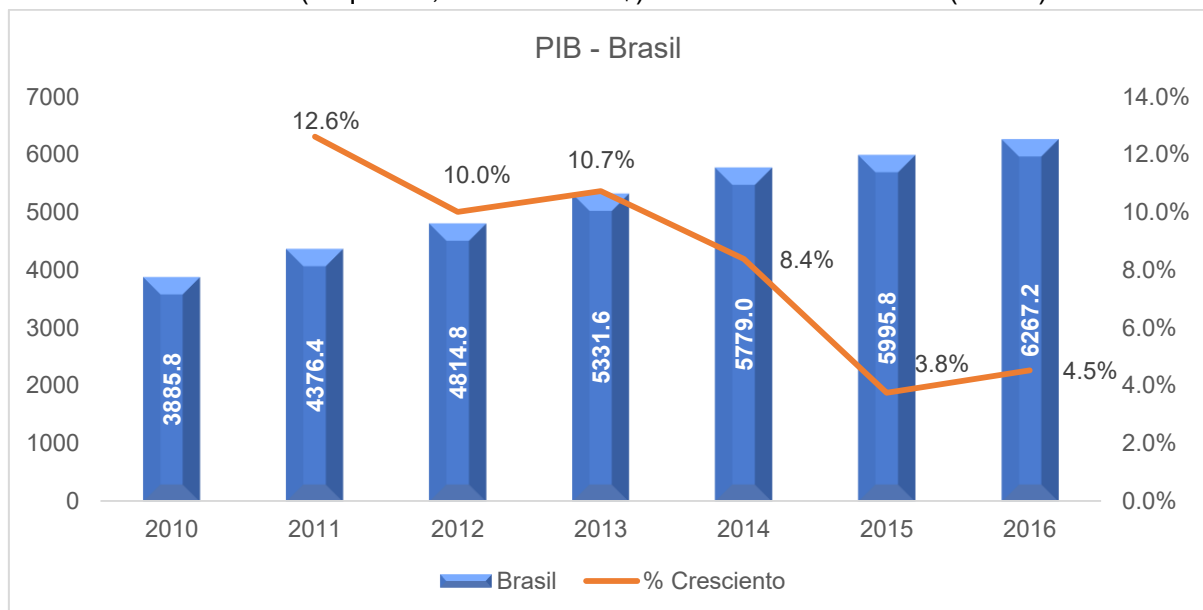
ocorrem no curso de uma função administrativa. Ela é de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, tendo esse tipo de declaração a denominação de RAIS Negativa.

Criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social, a RAIS constitui um instrumento assessorial tanto para o cumprimento das normas legais, como também para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal.

3.2 PRODUTO E EMPREGO NO BRASIL

Como o mercado de trabalho está condicionado à dinâmica da atividade econômica, no sentido de que um ambiente de elevado dinamismo se traduz, via de regra, em um mercado de trabalho de trabalho dinâmico, vale observar a evolução da atividade produtiva no país – do PIB, como expressa no gráfico 1. Antes, porém, cabe ressaltar que, como salientado no final do capítulo anterior, a partir de 2004/2005 a econômica brasileira experimenta trajetória de crescimento expressiva, muito em função do aumento da demanda chinesa por commodities, bem como pelo aumento da liquidez internacional.

Gráfico 1- Brasil: PIB (esquerda, em bilhões R\$) e taxa de crescimento (direita)



Fonte: IBGE – SIDRA. Elaboração própria.

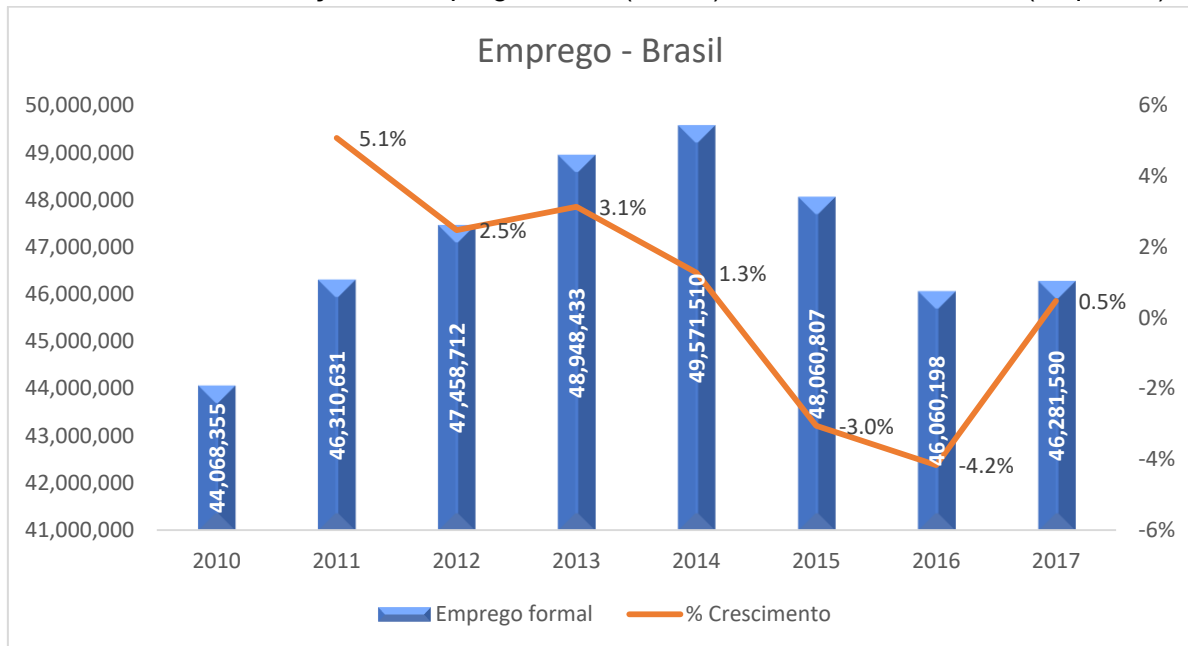
Pelo gráfico 1 se pode ver que a economia brasileira apresentou, em termos nominais, crescimento entre os anos do período avaliado. No entanto, se

considerada a dinâmica do produto em termos reais, a preços de 2016, tem-se que desde de 2010 a economia tem apresentado redução em sua taxa de crescimento.

Considerando os valores, o PIB brasileiro sai de R\$ 3.885,8 bilhões em 2010, passa para R\$ 5.3331,6 em 2013, fechando o período em R\$ 6.267,2 em 2016. Nominalmente, a taxa média de crescimento da economia brasileira ao longo do período foi de 8,3%. Vale dizer ainda que entre 2010 e 2013 essa média foi de 11,1%, caindo, entre 2013 e 2016 para 6,9%. Já quando considerada a variação a preços de 2016, o que se tem é queda continua da taxa de crescimento, com média de 1,4% entre 2010 e 2016. Se feito o mesmo exercício feito anteriormente, tem-se que entre 2010 e 2013 a taxa de crescimento real da economia foi de 4,8%, caindo para -0,4% entre 2013 e 2016, resultado da queda da atividade em termos reais nos anos de 2015 e 2016.

A queda do nível de atividade se deu em um contexto de intensa instabilidade político-econômica que se instaurou no país, principalmente nos anos posteriores a 2011. Tal instabilidade, por sua vez, se deu muito em função da desordem fiscal após o aumento das disponibilidades de crédito e gastos governamentais para reduzir os efeitos da crise financeira de 2008.

Um dos resultados imediatos da redução do nível de atividade é a queda no volume de emprego existente, dada interrelação existente entre as variáveis – no sentido de que uma economia aquecida demanda, *coeteris paribus*, uma maior quantidade de trabalhadores para manter em funcionamento a estrutura produtiva em expansão. O inverso também ocorre. Assim sendo, o gráfico 2 apresenta a evolução do emprego formal no Brasil, bem como a taxa de variação deste indicador.

Gráfico 2- Brasil: evolução do emprego formal (direita) e taxa de crescimento (esquerda)

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Como é possível perceber pelo gráfico 2, o emprego formal no país apresentou evolução contínua até 2014, quando, a partir de então, observa quedas até 2016 e uma leve recuperação em 2017.

Considerando os estoques observados, o emprego formal brasileiro sai de 44,1 milhões em 2010, passa para 49,6 milhões em 2014, fechando o período em 46,3 milhões de postos de trabalho formais em 2017.

Quando observada a variação do emprego formal no país, vê-se que ele, à exemplo das variações reais do PIB, apresentou taxas de variação decrescentes ao longo do período (somente entre 2016 e 2017 há variação positiva em percentual superior à do ano imediatamente anterior). De forma geral, a taxa média de crescimento do emprego formal entre 2010 e 2017 foi de 0,7%. Se considerada a variação entre 2010 e 2014, a taxa média de crescimento do indicador foi de 3%; enquanto que entre 2014 e 2017 a média de crescimento foi de -1,4%.

Pela variação observada ao longo do período, vê-se que houve destruição significativa de postos de empregos formais após 2014. No entanto, a “simples” percepção desta destruição não fornece grandes informações. Nesse sentido, a tabela 1 apresenta o emprego formal no Brasil segundo os setores de atividade.

Tabela 1- Brasil: emprego formal segundo setores de atividade econômica

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2010	211.216	7.885.702	402.284	2.508.922	8.382.239	14.345.015	8.923.380	1.409.597
2011	231.389	8.113.805	412.741	2.750.173	8.842.677	15.372.455	9.103.601	1.483.790
2012	259.297	8.148.328	423.277	2.832.570	9.226.155	16.167.385	8.937.443	1.464.257
2013	261.383	8.292.739	444.674	2.892.557	9.511.094	16.726.013	9.340.409	1.479.564
2014	257.606	8.171.022	450.098	2.815.686	9.728.107	17.313.495	9.355.833	1.479.663
2015	240.488	7.566.900	447.385	2.422.664	9.532.622	17.151.312	9.198.875	1.500.561
2016	221.331	7.148.013	429.435	1.985.404	9.264.904	16.708.852	8.826.040	1.476.219
2017	212.337	7.105.206	425.427	1.838.958	9.230.750	16.772.645	9.195.215	1.501.052

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A tabela 1 possibilita identificar, em função do emprego, quais setores apresentaram maiores dificuldades frente ao cenário de instabilidade que se instaurou no país. De acordo com os dados presentes nela, os setores com maiores níveis médios participativos a composição do emprego formal no país ao longo do período foram, em ordem decrescente: serviços, comércio, administração pública e indústria de transformação.

Considerando as participações médias¹, o setor de serviços foi responsável por em média 34,6% do emprego formal do país entre 2010 e 2017. O setor de comércio, por sua vez, teve participação média de 19,6%, seguido da administração pública com participação média de 19,4% e da indústria de transformação, com participação média de 16,6% ao longo do período. Os setores de construção civil, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca², serviços industriais de utilidade pública³ e o extrativo mineral apresentaram participações menos significativas, sendo elas de 5,3%; 3,1%, 0,9% e 0,5%, respectivamente. Em relação ao setor agropecuário, vale dizer que, a despeito de constituir setor de extrema relevância para o nível do PIB, seu baixo nível participativo na composição do emprego formal nacional resulta de sua característica de ser intensivo em uso de maquinário, em detrimento do trabalho *humano*.

Para efeitos de agregação em “grandes setores”, pode-se dizer ainda que o emprego formal do país foi composto, em média, por 18% resultante do setor industrial (desconsiderando a construção civil); 54% do setor de serviços; e, se considerada ainda a junção com o setor de comércio, isto é, o grande setor

¹ Dada por: $\frac{\text{emprego do setor}_t}{\text{emprego total}_t}$

² Doravante, agropecuária.

³ Doravante, SIUP.

“comércio e serviços”, a participação média deste na composição do emprego formal do país foi de 73,6%, ou seja, quase três quartos do emprego total.

Quando observada a variação do emprego formal no país em termos setoriais, vê-se que a taxa média de crescimento do setor extrativo mineral foi de 0,3% entre 2010 e 2017, sendo esta variação de 5,2% entre 2010 e 2014; e de -5% entre 2014 e 2017. A indústria de transformação, por sua vez, apresentou taxa média de crescimento de -1,4% entre 2010 e 2017, tendo variação média de 0,9% entre 2010 e 2014; e de -3,7% entre 2014 e 2017.

Já o setor de SIUP observou taxa média de crescimento de 0,8% no período considerado, tendo variação média de 2,9% entre 2010 e 2014; e de -1,1% entre 2014 e 2017. Quanto ao setor de construção civil, este teve trajetória de crescimento com média de -3,9% entre 2010 e 2017, tendo esta média negativa significativa sido puxada pela variação nos últimos anos do período, haja vista que entre 2010 e 2014 a variação média foi de 3%; enquanto que entre 2014 e 2017 foi de -10,5%.

No que se refere à variação do setor de comércio, este experimentou taxa média de crescimento dos empregos formais de 1,4% no período como um todo, tendo registrado crescimento do emprego formal de 3,8% entre 2010 e 2014 e de -0,7% entre 2014 e 2017. O setor de serviços, por sua vez, apresentou média de crescimento no emprego formal de 2,3% entre 2010 e 2017, com médias de variação de 4,8% entre 2010 e 2014; e de 0,1% entre 2014 e 2017.

Por fim, no que tange às variações dos setores de administração pública e agropecuário, estes observaram taxas médias de crescimento de 0,5% e 0,9%, respectivamente, entre 2010 e 2017. A administração pública teve variação média de 1,2% entre 2010 e 2014; e de -0,3% entre 2014 e 2017. Já a agropecuária, experimentou variação média de 1,2% entre 2010 e 2014; e de 0,4% entre 2014 e 2017.

No geral, percebe-se que os únicos setores que não apresentaram variação negativa em nenhum dos intervalos de tempo considerados foram os setores de serviço e agropecuário. Já no sentido contrário, os setores que apresentaram variações negativas mais significativas foram os setores de construção civil, extrativo mineral e de indústria de transformação, indicando que foram os setores onde houve maior destruição de postos de trabalho formal ao longo do período.

Apresentada a dinâmica do emprego formal no país, cabe agora, para fins de cumprimento dos objetivos propostos, tecer alguns comentários no intuito de

caracterizá-lo. Para tanto, a primeira característica considerada se refere à sua distribuição em função do sexo masculino e feminino, como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2- Brasil: emprego formal, segundo setor e sexo

	Extrativa mineral		Indústria de transformação		Serviços industriais de utilidade pública		Construção Civil	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	189.848	21.368	5.464.277	2.421.425	332.171	70.113	2.319.169	189.753
2011	205.554	25.835	5.593.167	2.520.638	338.060	74.681	2.531.664	218.509
2012	228.703	30.594	5.583.080	2.565.248	342.563	80.714	2.591.904	240.666
2013	230.761	30.622	5.651.307	2.641.432	358.816	85.858	2.645.909	246.648
2014	226.885	30.721	5.544.358	2.626.664	361.937	88.161	2.559.789	255.897
2015	212.004	28.484	5.155.785	2.411.115	361.939	85.446	2.196.033	226.631
2016	195.275	26.056	4.879.819	2.268.194	348.261	81.174	1.788.702	196.702
2017	187.753	24.584	4.871.897	2.233.309	345.661	79.766	1.654.430	184.528

	Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	4.848.084	3.534.155	7.742.152	6.602.863	3.666.388	5.256.992	1.190.669	218.928
2011	5.052.411	3.790.266	8.199.737	7.172.718	3.754.722	5.348.879	1.233.044	250.746
2012	5.210.100	4.016.055	8.534.483	7.632.902	3.595.658	5.341.785	1.215.689	248.568
2013	5.315.557	4.195.537	8.743.491	7.982.522	3.834.340	5.506.069	1.223.450	256.114
2014	5.419.723	4.308.384	8.959.876	8.353.619	3.840.365	5.515.468	1.220.717	258.946
2015	5.327.731	4.204.891	8.800.504	8.350.808	3.766.830	5.432.045	1.240.869	259.692
2016	5.200.866	4.064.038	8.540.315	8.168.537	3.616.526	5.209.514	1.227.821	248.398
2017	5.192.953	4.037.797	8.588.634	8.184.011	3.816.667	5.378.548	1.254.240	246.812

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A tabela 2 demonstra que, à exceção da administração pública, em todos os setores há predomínio do sexo masculino na composição do emprego formal nacional. Considerando as participações médias de cada sexo em relação ao total de emprego formal no país, vê-se que, em média, o sexo masculino representa 57% do emprego formal nacional; enquanto que o sexo feminino representa 43%.

De forma individual, os setores que apresentaram os percentuais mais significativos de participação do sexo masculino são: serviços (18,1%), indústria de transformação (11,4%) e comércio (11%). Nesse mesmo sentido, o sexo feminino apresentou os maiores percentuais nos setores de serviços (16,6%), administração pública (11,4%) e comércio (8,5%).

No que se refere à variação, a taxa média de crescimento dos empregos formais ocupados pelo sexo masculino foi de -1,2% entre 2010 e 2017; enquanto que o gênero feminino observou taxa média de crescimento de 11%. Isto é, ao longo do período os homens experimentaram maiores perdas de postos de trabalho formal, o que vai em conformidade às perdas significativas observadas pelo setor de construção civil – setor predominantemente ocupado por homens. Isto pode ser melhor observado quando visto a variação mais significativa experimentada por cada gênero no âmbito setorial, pois, para o gênero masculino a variação mais significativa foi no setor de construção civil, com média de crescimento de -4,3% no período como um todo; enquanto que para o gênero feminino, a variação mais significativa foi no setor de serviços (3,2% entre 2010 e 2017).

Uma maior participação feminina no mercado de trabalho tem implicações para a “pirâmide etária trabalhista”, pois, grosso modo, um maior tempo destinado ao profissional se traduz, via de regra, em menor taxa de natalidade o que, por sua vez, leva a um aumento da idade da população economicamente ativa. Este envelhecimento laboral pode ser observado através da tabela 3, que apresenta o emprego formal segundo os setores e faixas de idade.

Tabela 3- Brasil: emprego formal segundo setores e faixas de idade

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	4	13	8	10	24	16	23	6	654	921	1.032	1.147	1.219	951	904	695
15 A 17	697	905	1.048	1.135	1.108	1.016	767	774	86.354	94.666	94.919	94.802	87.901	68.690	53.456	47.487
18 A 24	24.856	27.549	29.692	27.548	24.624	20.384	16.640	14.703	1.663.544	1.655.987	1.606.357	1.588.045	1.478.084	1.267.740	1.124.166	1.105.966
25 A 29	39.505	42.757	47.431	45.810	43.343	37.433	31.836	28.039	1.542.897	1.538.795	1.488.078	1.477.590	1.423.674	1.271.894	1.169.670	1.130.887
30 A 39	67.181	76.615	88.402	91.538	92.671	89.108	84.255	82.978	2.346.432	2.449.021	2.501.400	2.573.353	2.558.796	2.421.387	2.329.123	2.330.583
40 A 49	47.867	49.303	53.287	53.322	52.792	50.869	49.126	49.466	1.502.975	1.563.741	1.590.332	1.629.131	1.640.605	1.562.314	1.512.338	1.524.853
50 A 64	29.834	32.769	37.720	40.101	40.905	39.431	36.489	34.147	713.281	777.015	828.239	886.287	933.100	923.405	906.410	909.895
65 OU MAIS	1.270	1.476	1.708	1.919	2.139	2.231	2.195	2.224	29.547	33.634	37.947	42.372	47.632	50.503	51.934	54.828
	Serviços industriais de utilidade pública								Construção Civil							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	23	40	24	45	34	34	34	33	224	331	351	310	343	243	125	123
15 A 17	1.874	2.204	2.347	2.156	2.096	2.202	1.810	1.684	7.403	10.531	11.668	12.141	11.975	10.210	7.458	5.656
18 A 24	30.485	31.959	31.135	33.417	32.419	30.248	26.628	25.930	437.068	484.891	496.926	490.555	451.642	353.578	253.030	216.508
25 A 29	53.027	53.320	51.837	53.966	52.958	50.415	46.189	43.851	427.721	468.199	480.436	489.796	474.208	395.890	311.713	279.530
30 A 39	108.225	112.818	117.672	128.826	131.277	132.847	129.849	130.668	730.673	805.362	838.020	866.157	847.274	744.401	621.095	586.590
40 A 49	111.182	110.144	109.625	112.348	111.509	109.583	104.793	106.010	525.989	561.549	571.145	580.517	571.450	504.922	432.554	413.980
50 A 64	93.204	97.434	104.794	107.486	112.344	113.571	110.836	107.572	362.748	398.177	410.312	426.278	429.229	383.875	331.823	309.624
65 OU MAIS	4.264	4.822	5.843	6.430	7.461	8.485	9.296	9.679	17.094	21.101	23.703	26.797	29.559	29.541	27.603	26.943
	Comércio								Serviços							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	1.630	2.063	2.495	2.922	3.326	2.474	1.887	1.835	1.458	1.882	2.349	2.379	3.263	1.954	2.226	1.393
15 A 17	168.148	194.303	209.455	214.059	210.191	166.095	131.687	112.101	156.285	181.208	194.100	195.680	201.234	163.096	126.897	114.470
18 A 24	2.333.746	2.416.297	2.467.201	2.493.407	2.489.560	2.351.455	2.160.615	2.096.846	2.413.411	2.547.115	2.611.424	2.601.177	2.601.473	2.456.547	2.257.438	2.214.078
25 A 29	1.763.918	1.804.435	1.824.317	1.848.627	1.868.432	1.805.724	1.741.488	1.714.716	2.607.682	2.711.203	2.761.868	2.789.118	2.830.888	2.716.641	2.574.497	2.512.345
30 A 39	2.292.639	2.447.300	2.591.229	2.695.834	2.770.938	2.777.265	2.771.389	2.792.957	4.306.343	4.668.204	4.980.250	5.208.427	5.409.963	5.431.639	5.360.237	5.405.164
40 A 49	1.215.449	1.303.992	1.386.066	1.442.240	1.503.637	1.513.196	1.524.839	1.558.710	2.983.358	3.178.854	3.339.109	3.458.262	3.597.444	3.610.434	3.592.094	3.675.821
50 A 64	579.133	642.733	709.275	772.447	835.156	864.263	878.419	895.884	1.764.748	1.955.295	2.133.572	2.306.517	2.486.819	2.570.487	2.582.399	2.620.090
65 OU MAIS	27.559	31.500	36.076	41.531	46.844	52.118	54.550	57.673	111.694	128.575	144.665	164.400	182.371	200.481	213.033	229.252
	Administração Pública								Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	67	73	31	34	53	45	37	30	60	48	80	93	81	42	64	55
15 A 17	1.436	1.836	1.448	1.664	1.990	1.693	1.326	1.227	10.331	11.211	10.263	9.849	9.043	7.396	6.019	5.010
18 A 24	428.992	438.110	377.317	466.693	436.422	361.776	337.706	377.562	210.190	218.832	208.521	205.172	200.746	199.796	190.046	191.697
25 A 29	911.355	895.812	829.730	852.521	815.568	755.682	667.590	678.337	219.181	223.565	211.753	207.901	201.912	199.454	191.078	191.620
30 A 39	2.493.397	2.562.683	2.539.720	2.657.973	2.655.955	2.629.994	2.487.161	2.592.113	418.528	440.139	437.654	441.378	437.833	444.092	436.792	440.155
40 A 49	2.790.019	2.804.872	2.767.094	2.808.387	2.800.870	2.748.530	2.649.400	2.753.693	323.159	341.177	340.468	344.420	348.267	354.611	352.828	361.102
50 A 64	2.142.043	2.233.591	2.253.678	2.369.267	2.451.261	2.491.176	2.464.363	2.547.383	214.166	233.590	239.566	253.152	262.850	274.274	277.388	287.369
65 OU MAIS	155.982	166.426	168.212	183.661	193.552	209.851	218.350	244.779	13.977	15.219	15.947	17.594	18.923	20.892	21.999	24.039

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Pela tabela 3 é possível perceber que a faixa de idade situada entre 30 e 39 anos é a principal em volume de emprego formal em quase todos os setores no âmbito nacional. As exceções ficam a cargo dos setores de comércio e administração pública. Para o primeiro, a faixa de idade principal dos trabalhadores do setor é de 18 a 24 anos, o que está muito condicionado às próprias características do setor que representa para muitos a primeira oportunidade de emprego. Já para o segundo, a faixa de idade principal dos trabalhadores do setor é de 40 a 49 anos, também resultante das características, haja vista que o setor possibilita o desenvolvimento das atividades até faixas etárias mais elevadas.

Vale destacar ainda que a segunda faixa de idade mais significativa em volume de emprego formal em quase todos os setores é aquela situada entre 40 e 49 anos, corroborando a premissa de que o aumento participativo do número de mulheres no mercado de trabalho leva a um envelhecimento da população empregada. Cabe ressaltar que este envelhecimento não é fato condicionado ao período analisado, mas resultado de um movimento que vem se intensificando nas últimas três décadas e que se mostrará mais acentuado nos próximos anos.

Em termos de crescimento, as variações (positivas e negativas) mais significativas observadas pelos setores foram, no setor extrativo mineral, para as faixas de 10 a 14 anos e de 65 anos ou mais, com crescimento médio de 41,1% e 8,5%, respectivamente. No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nas faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29, com crescimento médio de -6,6% e -4,3% ao longo do período. Já no setor de indústria de transformação, a faixa de idade que observou maior taxa de crescimento média foi de 65 anos ou mais, com variação média de 9,3%; tendo com variações negativas mais significativas -7,5% e -5,5% nas faixas de idade de 15 a 17 anos e 18 a 24 anos, respectivamente.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nas faixas de idade de 10 a 14 anos e de 65 anos ou mais, com variação média de 13,4% e 12,5%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -2,6%, registrada pela faixa de idade de 25 a 29 anos. No setor de construção civil, por sua vez, a variação mais significativa foi de 7,2%, para a faixa de idade de 65 anos ou mais; enquanto que faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29 observaram decréscimos médios de 8,6% e 5,3%, respectivamente.

Os setores de comércio e serviços experimentaram variações similares, no sentido de que as maiores taxas de crescimento ficaram a cargo das faixas de idade de 65 anos ou mais e de 50 a 64 anos, sendo de 11,2% e 6,5% no setor de comércio e de 10,9% e 5,9% no setor de serviços, respectivamente. Já a variação mais significativa negativamente ficou a cargo da faixa de idade de 15 a 17 anos, com variações médias de 4,7% e 3,5% nos setores de comércio e serviços, respectivamente.

A administração pública e a agropecuária, assim como os setores de comércio e serviços, observaram as maiores taxas de crescimento na faixa de idade de 65 anos ou mais, com crescimento médio de 6,7% e 8,1%, respectivamente. No entanto, houve diferença das variações negativas, haja vista que na administração pública as faixas de idade de 10 a 14 anos e 25 a 29 anos experimentaram variações médias de -5% e -4%, respectivamente; enquanto que na agropecuária a faixa de idade que perdeu, em média, mais postos de trabalho foi a de 15 a 17 anos, com variação de -9,4%.

No quadro geral, a faixa de idade que observou maiores variações médias positivas foi a de 65 anos ou mais; enquanto que a que figurou mais vezes dentre as com maiores variações negativas foi a faixa de 15 a 17 anos. Isto conduz a dizer que a faixa de idade que observou maiores ganhos relativos de postos de trabalho foi a de 65 anos ou mais; enquanto que a que experimentou maiores destruições de postos de trabalho formal foi de 15 a 17 anos.

O aumento da idade média dos trabalhadores formais, via de regra, se traduz em um contingente trabalhista com maior nível de instrução, haja vista que o adiamento para inserção no mercado de trabalho pode estar associado a uma busca por maiores níveis de escolaridade. No entanto, vale dizer, esta relação não é assegurada. Apesar desta ressalva, a tabela 4 apresenta o mercado de trabalho em função da escolaridade segundo os setores.

A tabela 4 permite perceber que o nível de escolaridade principal em volume de emprego formal em quase todos os setores no âmbito nacional é aquele relativo ao ensino médio completo. A exceção fica a cargo do setor de administração pública, para o qual o superior completo constitui o nível de escolaridade predominante. Vale dizer que os níveis de escolaridade abaixo do médio completo não constituem escolaridade predominante em nenhum dos setores, ao contrário, o

único nível de escolaridade que figura repetidas com relativo destaque é o superior completo, indicando certo grau de escolaridade no mercado de trabalho nacional.

Tabela 4- Brasil: emprego formal segundo setores e níveis de escolaridade

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analfabeto	1.215	1.050	993	953	932	1.028	925	821	57.296	54.720	51.048	48.706	45.333	42.038	37.889	36.562
Até 5ª Incompleto	9.920	10.049	9.704	9.794	9.029	7.903	7.427	6.581	323.204	320.654	303.408	299.801	281.672	258.802	230.488	219.634
5ª Completo Fundamental	12.224	12.083	11.322	10.644	9.508	8.089	7.220	6.514	402.267	381.663	354.640	333.120	301.988	265.909	230.834	211.261
6ª a 9ª Fundamental	18.097	19.339	17.994	17.554	16.217	14.166	12.672	11.344	843.753	829.543	787.522	761.591	704.450	636.968	558.001	528.958
Fundamental Completo	24.195	24.970	23.873	25.579	23.729	21.619	19.327	17.785	1.216.182	1.195.042	1.151.558	1.115.216	1.039.068	930.504	826.451	780.862
Médio Incompleto	12.728	14.022	14.157	15.147	14.267	12.757	11.519	11.046	827.045	841.321	836.197	834.699	797.978	720.007	644.890	620.380
Médio Completo	95.400	106.572	90.194	118.546	121.752	118.782	90.245	110.110	3.365.110	3.590.100	3.714.116	3.906.324	3.895.533	3.713.890	3.553.575	3.679.923
Superior Incompleto	6.700	5.934	5.421	6.077	5.789	5.439	25.734	4.625	276.162	281.468	277.618	276.815	273.582	255.442	239.958	238.183
Superior Completo	30.282	36.121	84.213	55.549	54.821	49.036	44.630	41.900	565.970	607.612	659.879	703.372	817.540	729.555	811.074	773.374
Mestrado	347	1.034	1.178	1.297	1.321	1.419	1.408	1.387	7.076	9.284	10.091	10.559	11.470	11.401	12.070	13.160
Doutorado	108	215	248	243	241	250	224	224	1.637	2.398	2.251	2.536	2.408	2.384	2.783	2.909
Serviços industriais de utilidade pública								Construção Civil								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analfabeto	2.531	882	670	709	651	1.284	1.060	1.212	24.696	24.719	24.167	23.771	21.731	16.854	13.354	12.250
Até 5ª Incompleto	24.347	25.849	25.978	25.334	29.409	24.842	21.262	19.934	248.395	256.380	249.742	242.626	228.017	180.884	136.605	117.817
5ª Completo Fundamental	23.923	22.525	22.129	22.790	23.684	21.731	17.941	16.038	253.432	252.309	233.015	205.005	179.444	139.317	106.317	87.908
6ª a 9ª Fundamental	51.016	47.584	49.093	49.288	44.953	42.832	37.686	36.329	411.453	425.835	412.382	405.865	364.243	283.925	213.027	184.584
Fundamental Completo	48.621	50.151	48.801	48.766	48.695	47.917	44.278	42.079	514.809	534.758	531.374	531.569	495.954	419.607	331.157	293.188
Médio Incompleto	24.553	25.659	26.537	25.175	25.125	25.205	22.701	22.102	212.511	245.481	254.557	264.990	251.000	211.511	168.516	153.098
Médio Completo	142.581	150.685	156.687	175.153	177.604	182.596	182.283	184.196	694.029	842.889	945.965	1.023.513	1.082.589	992.222	857.276	841.922
Superior Incompleto	15.991	16.075	16.223	15.478	15.212	15.235	14.589	14.669	41.791	47.116	51.220	50.008	51.200	46.946	41.320	38.206
Superior Completo	66.150	70.462	74.047	78.645	81.342	82.227	83.922	86.769	105.774	118.272	127.488	142.554	139.133	128.817	115.143	107.850
Mestrado	2.454	2.728	2.967	3.156	3.229	3.272	3.421	1.897	1.517	1.824	1.907	1.837	1.837	1.999	2.110	1.759
Doutorado	117	141	145	180	194	244	292	202	515	590	753	819	538	582	579	376
Comércio								Serviços								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analfabeto	13.294	9.989	10.428	10.295	10.222	11.051	10.086	9.545	42.129	25.689	26.572	27.014	27.076	32.017	30.767	30.419
Até 5ª Incompleto	111.372	116.616	115.125	114.568	112.810	105.783	97.758	92.886	332.657	357.571	354.386	357.936	352.143	316.278	287.547	272.290
5ª Completo Fundamental	217.702	205.027	200.701	182.116	167.465	152.726	136.589	125.269	525.866	525.950	491.224	472.820	442.080	398.527	357.570	327.799
6ª a 9ª Fundamental	510.660	497.834	486.754	473.063	451.165	408.172	375.001	339.204	974.065	976.118	963.823	935.050	908.371	833.921	759.725	709.457
Fundamental Completo	1.136.039	1.114.199	1.088.493	1.051.817	1.007.837	931.960	848.636	785.099	1.759.579	1.789.796	1.784.258	1.753.331	1.709.082	1.612.311	1.486.962	1.398.652
Médio Incompleto	967.727	1.000.464	1.024.049	1.027.548	1.020.850	954.053	876.159	824.132	1.054.917	1.115.224	1.172.478	1.181.963	1.185.800	1.116.077	1.019.585	971.768
Médio Completo	4.679.858	5.113.562	5.452.039	5.752.897	5.990.223	5.990.002	5.901.891	5.992.459	6.080.231	6.713.518	7.245.711	7.640.968	8.035.896	8.065.153	7.955.395	8.094.244
Superior Incompleto	317.798	322.907	333.572	332.103	341.210	335.180	340.723	344.643	789.284	839.874	861.797	838.365	847.401	848.209	816.031	822.425
Superior Completo	422.146	455.729	507.997	558.928	618.135	636.049	668.614	707.256	2.657.951	2.880.987	3.105.273	3.331.631	3.591.887	3.695.521	3.745.707	3.866.861
Mestrado	3.733	4.347	4.908	5.111	5.664	6.214	7.652	8.351	86.698	100.956	111.785	128.061	148.799	158.967	169.236	185.081
Doutorado	1.910	2.003	2.089	2.648	2.526	1.432	1.795	1.906	41.638	46.772	50.078	58.874	64.960	74.331	80.327	93.649
Administração Pública								Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Analfabeto	27.851	9.606	7.012	6.422	5.623	10.790	8.894	9.694	53.239	52.369	48.023	45.169	45.011	43.084	38.427	38.395
Até 5ª Incompleto	256.312	261.645	233.612	219.110	193.899	182.930	159.088	152.211	260.374	274.151	260.146	245.782	238.565	234.283	216.509	214.020
5ª Completo Fundamental	310.144	294.876	255.538	237.418	207.638	197.149	171.884	165.389	255.990	255.004	233.808	220.547	206.106	200.222	183.822	180.270
6ª a 9ª Fundamental	377.699	360.492	322.654	307.237	290.866	278.555	253.416	244.297	260.385	262.404	254.192	250.551	241.491	239.290	227.523	224.755
Fundamental Completo	876.409	774.324	743.375	835.725	800.890	689.531	679.305	683.694	223.079	236.347	232.595	236.266	234.721	239.727	236.170	239.059
Médio Incompleto	301.638	295.599	252.390	256.340	236.878	239.150	215.638	210.409	96.421	107.841	111.677	118.022	121.397	125.049	124.812	128.717
Médio Completo	3.170.736	3.253.862	3.120.153	3.215.193	3.216.793	3.168.653	2.977.533	3.098.739	215.138	246.134	271.427	305.112	331.313	356.849	378.355	408.876
Superior Incompleto	359.278	373.647	342.414	346.445	320.465	331.239	293.363	303.317	12.362	12.644	13.120	13.934	14.240	14.576	14.544	14.717
Superior Completo	3.179.045	3.415.152	3.580.749	3.829.092	3.979.614	3.990.546	3.942.120	4.179.225	31.760	35.908	38.165	42.994	45.473	46.124	54.750	50.738
Mestrado	59.317	58.347	72.035	78.603	90.641	97.308	110.066	130.634	603	709	777	813	971	989	913	1.067
Doutorado	4.951	6.051	7.511	8.824	12.526	13.024	14.733	17.606	246	279	327	374	375	368	394	438

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Em termos de crescimento, considerando os setores de forma individualizada, as variações mais significativas observadas no setor extrativo mineral foram no nível de escolaridade superior incompleto e mestrado, com crescimento médio de 38,9% e 32,7%, respectivamente. No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nos níveis de escolaridade 6^a a 9^a fundamental e fundamental completo, com crescimento médio de -6,3% e -4,1% ao longo do período. Já na indústria de transformação, os níveis de escolaridade que observaram maior taxa de crescimento média foram as de doutorado e mestrado, com variação média de 9,7% e 9,6%, respectivamente; tendo com variações negativas mais significativas -8,7% e -6,4% nos níveis de escolaridade de 5^a completo fundamental e 6^a a 9^a fundamental, respectivamente.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nos níveis de escolaridade de doutorado e superior completo, com variação média de 10% e 4%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -5,3% e -4,6%, registradas pelos níveis de escolaridade de 5^a completo fundamental e 6^a a 9^a fundamental, respectivamente. No setor de construção civil, por sua vez, a variação mais significativa foi de 3,4%, para aqueles com ensino médio completo; enquanto que aqueles com 5^a completo fundamental e 6^a a 9^a fundamental observaram decréscimos médios de 13,7% e 10,3%, respectivamente.

Os setores de comércio e serviços experimentaram variações similares em relação aos decréscimos, no sentido de que as taxas de crescimento negativas mais significativas ficaram a cargo dos níveis de escolaridade da 5^a completo fundamental e 6^a a 9^a fundamental, sendo de -7,6% e -5,6% no setor de comércio e de -6,5% e -4,4% no setor de serviços, respectivamente. Já as maiores taxas de crescimento tiveram certa diferença, ficaram a cargo daqueles com mestrado e superior completo, com variações médias de 12,3% e 7,7%, respectivamente, no setor de comércio e a cargo daqueles com doutorado e mestrado no setor de serviços, com variações médias de 12,3% e 11,5%, respectivamente.

A administração pública e a agropecuária, assim como os setores de comércio e serviços, observaram certa similaridade, só que desta vez em relação às variações positivas. Na administração pública, aqueles com doutorado e mestrado experimentaram crescimento do emprego formal de 20,3% e 12,2%, respectivamente; enquanto na agropecuária esse aumento foi de 8,8% e 8,9%, respectivamente; soma-se a esses dois níveis de escolaridade na agropecuária o

médio completo, com crescimento médio de 9,6%. Quanto às variações negativas, na administração pública os níveis de escolaridade 5ª completo fundamental e até 5ª incompleto experimentaram variações médias de -8,5% e -7,1%, respectivamente; enquanto que na agropecuária os níveis de escolaridade que perderam, em média, mais postos de trabalho foram a de 5ª completo fundamental e analfabeto, com variações médias de -4,8% e -4,5%, respectivamente.

No quadro geral, o nível de escolaridade que observou mais aparições entre as variações médias positivas foi a escolaridade doutorado; enquanto que a que figurou mais vezes dentre as com maiores variações negativas foi a 5ª completo fundamental. Isto conduz a dizer que o nível de escolaridade que observou maiores ganhos relativos de postos de trabalho foi para aqueles com doutorado; enquanto que a que experimentou maiores destruições de postos de trabalho formal foi para aqueles com apenas 5ª completo fundamental. Apesar desta melhora instrucional, um fato comum se aplica a todos os trabalhos: todos eles possuem tempo de duração, e não somente naquilo que se refere à quantidade de horas semanais, mas também em relação ao tempo de permanência em um mesmo trabalho. Nesse sentido, a tabela 5 apresenta o emprego formal no país segundo as faixas de tempo de permanência no trabalho.

Tabela 5- Brasil: emprego formal segundo setores e tempo no trabalho

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ate 2,9 meses	19.267	19.138	16.465	16.239	14.959	14.325	9.804	10.175	772.709	740.725	756.632	747.247	673.731	452.718	451.675	493.664
3,0 a 5,9 meses	19.142	19.951	28.788	17.849	16.857	12.770	11.667	17.057	845.607	798.416	784.341	771.275	704.361	540.701	504.670	527.843
6,0 a 11,9 meses	28.352	33.856	34.387	29.834	26.800	24.512	20.655	27.232	1.238.170	1.257.983	1.176.190	1.260.701	1.143.893	978.903	824.096	861.959
12,0 a 23,9 meses	28.011	41.583	44.530	48.993	36.048	32.281	27.874	22.729	1.256.694	1.483.369	1.427.849	1.383.526	1.400.125	1.314.152	1.071.528	987.732
24,0 a 35,9 meses	24.499	19.802	31.796	32.012	36.745	24.090	23.005	18.204	892.766	789.825	961.983	921.585	900.270	907.209	870.037	721.862
36,0 a 59,9 meses	29.741	31.320	30.866	36.716	44.306	45.966	40.026	30.703	1.028.535	1.094.698	1.034.582	1.108.506	1.186.541	1.134.104	1.142.152	1.145.998
60,0 a 119,9 meses	30.560	34.974	38.755	43.046	43.641	48.230	48.880	51.016	1.049.178	1.097.662	1.145.012	1.211.569	1.215.796	1.286.493	1.315.755	1.353.697
120,0 meses ou mais	31.609	30.721	33.674	36.650	38.232	38.290	39.396	35.203	799.718	849.460	860.794	887.263	944.648	950.304	966.279	1.011.326
Serviços industriais de utilidade pública									Construção Civil							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ate 2,9 meses	25.134	28.863	21.859	27.106	25.167	19.099	14.220	18.004	561.621	576.972	555.225	590.887	512.495	374.259	277.700	288.149
3,0 a 5,9 meses	23.542	22.704	26.653	27.555	23.145	18.657	17.217	18.025	479.341	493.048	491.703	512.911	477.915	353.121	259.598	261.793
6,0 a 11,9 meses	38.632	38.690	38.555	47.971	42.026	38.650	35.260	35.190	540.254	590.233	610.690	596.396	587.385	478.391	372.172	336.534
12,0 a 23,9 meses	48.117	51.372	52.444	50.150	58.140	53.180	45.680	39.724	394.479	495.054	511.827	493.302	500.954	474.194	365.676	302.217
24,0 a 35,9 meses	29.043	31.892	36.839	39.321	35.756	42.480	38.345	31.991	188.236	199.653	244.521	242.097	240.766	237.624	219.222	176.482
36,0 a 59,9 meses	48.825	41.976	42.372	50.053	58.562	56.380	56.229	54.622	162.373	189.563	200.120	224.985	247.928	233.355	219.632	207.132
60,0 a 119,9 meses	58.550	64.166	67.431	69.637	72.369	79.987	80.446	82.709	118.423	131.995	143.236	156.769	169.656	188.515	186.549	182.316
120,0 meses ou mais	130.283	133.010	137.069	132.772	134.827	138.729	141.804	144.968	62.642	72.217	74.798	74.670	77.548	81.517	83.453	83.429
Comércio									Serviços							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ate 2,9 meses	1.282.934	1.314.754	1.374.574	1.384.789	1.353.066	1.053.846	976.510	1.024.320	1.767.613	1.864.873	1.908.150	1.935.489	1.880.415	1.481.074	1.361.852	1.467.050
3,0 a 5,9 meses	998.034	1.038.630	1.031.482	1.083.929	1.071.849	880.594	801.070	823.546	1.481.209	1.578.259	1.596.279	1.656.597	1.740.562	1.419.939	1.260.592	1.365.558
6,0 a 11,9 meses	1.452.180	1.609.495	1.561.498	1.614.200	1.591.682	1.544.335	1.359.986	1.329.707	2.214.170	2.431.386	2.506.343	2.578.710	2.622.202	2.543.724	2.187.628	2.195.329
12,0 a 23,9 meses	1.593.849	1.756.258	1.848.884	1.834.502	1.907.042	1.991.880	1.803.296	1.656.811	2.449.120	2.776.305	2.954.945	2.954.959	3.069.954	3.239.884	2.949.758	2.622.902
24,0 a 35,9 meses	962.973	924.480	1.057.607	1.089.667	1.106.948	1.178.314	1.242.220	1.115.671	1.546.823	1.549.817	1.765.234	1.852.373	1.866.907	1.988.432	2.119.317	1.924.912
36,0 a 59,9 meses	946.368	1.012.190	1.061.322	1.129.067	1.230.414	1.286.333	1.375.490	1.445.026	1.627.171	1.794.642	1.926.108	2.055.738	2.244.683	2.331.439	2.451.910	2.601.929
60,0 a 119,9 meses	788.848	804.132	873.759	942.617	1.002.914	1.097.151	1.187.134	1.273.398	1.685.629	1.746.110	1.814.776	1.960.250	2.085.426	2.270.572	2.462.513	2.633.082
120,0 meses ou mais	354.625	380.578	415.600	431.142	461.946	496.622	517.015	559.449	1.560.563	1.620.274	1.688.842	1.725.919	1.793.714	1.863.751	1.905.892	1.954.082
Administração Pública									Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ate 2,9 meses	120.624	148.474	98.216	162.112	120.892	118.670	74.364	141.026	182.459	192.273	180.772	179.505	169.714	159.275	152.033	156.545
3,0 a 5,9 meses	218.273	269.125	218.311	276.959	257.299	204.498	150.789	245.724	159.188	175.665	174.304	167.677	169.099	164.567	144.560	146.519
6,0 a 11,9 meses	630.842	748.143	743.372	1.131.054	772.024	720.684	598.937	986.715	232.332	269.846	247.285	246.130	233.721	231.347	214.068	229.404
12,0 a 23,9 meses	947.344	698.021	725.038	652.388	975.662	729.062	590.915	514.055	235.592	243.426	256.750	247.214	249.292	257.872	250.299	237.685
24,0 a 35,9 meses	616.159	691.415	511.441	527.104	541.912	715.294	548.059	407.863	150.734	143.104	147.920	159.261	153.988	160.656	162.975	159.333
36,0 a 59,9 meses	980.095	994.436	981.652	798.341	849.015	884.188	943.192	842.038	164.064	173.696	170.209	175.066	187.573	195.498	199.775	201.359
60,0 a 119,9 meses	1.513.156	1.658.343	1.667.528	1.768.526	1.739.726	1.779.277	1.751.475	1.794.337	171.578	170.824	172.638	182.308	186.573	196.270	212.245	221.876
120,0 meses ou mais	3.895.951	3.894.228	3.990.883	4.022.924	4.098.279	4.046.075	4.166.933	4.262.103	113.001	114.325	114.035	121.996	128.617	134.235	139.744	147.754

Fonte:

RAIS/MTE.

Elaboração

própria.

Através da tabela 5 é possível perceber os períodos médios de permanência nos empregos formais no país. Considerando o quadro geral apresentado na tabela, vê-se que não há predominância de um período médio de permanência no trabalho. Dos oito setores considerados, em quatro deles (indústria de transformação, comércio, serviços e agropecuária) o tempo de permanência predominante é de 12 a 23,9 meses; tendo como segundo intervalo de destaque o prazo de 6 a 11,9 meses. Na administração pública e no SIUP o prazo predominante é de 120 meses ou mais; tendo como segundo intervalo de destaque o prazo de 60 a 119,9 meses. Nos dois últimos setores, o prazo predominante é de 60 a 119,9 meses, no extrativista, e de 6 a 11,9 meses na construção civil; tendo estes setores, respectivamente, como segundo intervalo de destaque o prazo de 120 meses ou mais e de até 2,9 meses.

Considerando os intervalos de tempos de trabalho listados, o número médio de postos de trabalho ocupados por um período de até 2,9 meses foi de 545.539 no período de 2010 a 2017, tendo observado uma taxa média de crescimento de -2,4% ao longo do período.

Já o número médio de postos de trabalho formais ocupados pelo período de 3 a 5,9 meses foi de 501.545 entre 2010 e 2017. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento média de número de empregos formais ocupados nesse intervalo de meses foi de -1,5%.

A quantidade de empregos formais que teve prazo de duração de 6 a 11,9 meses, por sua vez, foi de 827.704 no período como um todo, tendo experimentado uma taxa de crescimento média de -0,001% entre 2010 e 2017.

Quanto àqueles empregos com prazo de duração situado entre 12 e 23,9 meses, a média destes entre 2010 e 2017 foi de 933.820, com taxa média de crescimento de -1,5% no período como um todo.

No que se refere aos empregos com prazo de duração de 24 a 35,9 meses, estes tiveram média de 598.420 entre 2010 e 2017, tendo experimentado uma taxa de crescimento média de 0,3% ao longo do período.

Já o número médio de postos de trabalho formais ocupados pelo período de 36 a 59,9 meses foi de 726.858 entre 2010 e 2017. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento média de número de empregos formais ocupados que tiveram essa duração foi de 3%.

Por fim, os dois últimos prazos de duração considerados de 60 a 119,9 meses e de 120 meses ou mais, foram também aqueles que observaram as maiores

medias de empregos formais ao longo do período, de 807.531 e 943.413, respectivamente. Da mesma forma, estes intervalos também observaram as taxas de crescimento médias mais expressivas, sendo elas de 5,4% para os empregos formais ocupados pelo prazo de 60 a 119,9 meses e de 3,3% para aqueles com duração igual ou superior a 120 meses.

No quadro geral, o que se pode observar é que os empregos formais com prazo de duração mais longo observaram crescimento ao longo do período, em detrimento daqueles com duração menor. Este aumento pode ser resultado de fatores diversos, tais como melhores condições de trabalho oferecidas, apego maior ao emprego vigente, dadas as quedas do emprego formal como já observada. Por um motivo ou outro, o fator principal pelo qual se busca um trabalho é a remuneração que se espera obter com o trabalho. Nesse sentido, a tabela 6 apresenta o emprego formal no país segundo as faixas de remuneração, medidas em número de salários.

Pela tabela 6 é possível perceber que a faixa de rendimento situada entre 1,01 e 1,5 salários mínimos é a principal em volume de emprego formal em quase todos os setores no âmbito nacional. As exceções ficam a cargo dos setores extrativista e SIUP. Para ambos os setores, a faixa de rendimento principal dos trabalhadores é de 2,01 a 3 salários mínimos. Acresça-se a isto o fato de que a segunda faixa de rendimento com maiores volumes de empregos setoriais é a de 1,51 a 2 salários mínimos. Isto é, de forma geral, a faixa de rendimento principal dos empregos formais no país está situada entre 1,01 e 2 salários mínimos.

Quando visto estas faixas de rendimento em relação às suas taxas de crescimento setoriais, considerando os setores de forma individualizada, as variações mais significativas observadas no setor extrativo mineral foram nas faixas de rendimento até 0,5 salários mínimos (14,7%), seguida das faixas de rendimento de 2,01 a 3 e 3,01 a 4 salários mínimos, ambas com variação média anual de 2,8%. No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nos níveis salariais de 1,01 a 1,5 e 10,1 a 15 salários, com crescimento médio de -3,1% e -2,2% ao longo do período, respectivamente. Já na indústria de transformação, os níveis de rendimento que observaram maior taxa de crescimento médio foi a de até 0,5 salários, com variação média de 8,8%; tendo com variações negativas mais significativas -6,1% e -5,6% nos níveis de rendimento de mais de 20 salários e de 15,01 a 20 salários, respectivamente.

Tabela 6- Brasil: emprego formal segundo setores e faixas de rendimento

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 0,50	357	565	583	618	755	851	868	855	18.179	19.285	23.569	25.299	26.945	29.502	29.785	32.376
0,51 a 1,00	3.755	4.086	4.496	4.533	4.732	3.735	3.786	3.854	240.442	221.792	234.416	228.474	217.097	193.784	187.690	179.653
1,01 a 1,50	24.027	23.236	24.652	23.416	20.943	19.350	20.517	19.028	2.311.480	2.162.348	2.349.972	2.326.403	2.147.023	1.950.136	1.972.074	1.970.422
1,51 a 2,00	23.723	25.805	26.752	27.528	26.838	25.637	25.916	25.998	1.654.729	1.743.647	1.724.273	1.781.156	1.796.863	1.686.196	1.601.521	1.629.389
2,01 a 3,00	37.648	39.971	45.594	47.779	46.781	45.545	45.343	45.318	1.509.691	1.638.298	1.595.858	1.655.133	1.683.571	1.578.765	1.439.315	1.440.077
3,01 a 4,00	25.687	28.191	32.574	33.876	35.145	34.147	31.600	30.643	681.169	740.969	719.946	744.734	753.040	699.004	630.442	620.126
4,01 a 5,00	17.732	20.688	24.075	23.725	23.792	21.577	17.916	17.351	368.335	404.775	387.390	398.682	408.094	368.182	329.151	321.762
5,01 a 7,00	19.043	22.403	24.958	22.981	22.832	20.126	16.583	15.614	376.802	405.554	383.688	394.422	396.437	360.050	320.916	312.268
7,01 a 10,00	14.438	16.685	18.773	18.406	17.796	15.681	13.396	12.270	250.588	266.462	248.121	252.581	249.579	225.137	199.765	191.405
10,01 a 15,00	15.131	16.373	18.799	18.255	17.270	15.580	13.435	12.560	171.887	183.318	166.541	167.698	165.278	150.834	133.624	125.367
15,01 a 20,00	9.343	10.284	12.228	12.757	12.421	11.151	10.424	9.698	72.335	77.860	69.957	68.511	67.455	60.732	52.654	47.550
Mais de 20,00	17.433	19.969	22.419	23.959	24.424	22.450	16.686	14.412	84.692	93.371	81.552	80.053	79.176	71.343	59.434	53.128
	Serviços industriais de utilidade pública								Construção Civil							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 0,50	846	1.005	1.137	1.190	1.285	1.633	1.383	1.733	7.002	9.501	10.363	11.516	12.045	11.686	10.707	9.192
0,51 a 1,00	7.372	7.214	5.749	7.093	5.945	5.369	5.500	6.419	79.980	73.996	85.976	79.176	70.553	60.731	53.027	47.986
1,01 a 1,50	60.434	52.294	60.143	66.776	62.785	55.762	50.632	51.444	678.650	650.948	703.541	687.888	621.605	521.343	469.889	449.766
1,51 a 2,00	60.947	65.548	64.640	69.496	63.525	63.425	61.379	60.934	687.179	749.001	782.012	785.810	778.251	673.162	552.385	517.304
2,01 a 3,00	62.029	65.776	69.727	75.556	87.953	91.100	86.206	89.593	534.770	645.993	630.858	667.183	671.156	589.837	467.746	432.558
3,01 a 4,00	38.407	40.508	42.427	46.331	48.976	51.315	51.305	49.098	197.740	241.815	242.468	260.101	256.874	220.380	165.253	150.292
4,01 a 5,00	29.388	29.668	29.668	31.676	31.901	32.301	31.559	31.043	89.541	105.878	108.473	116.276	119.249	94.354	68.483	61.223
5,01 a 7,00	41.096	42.416	42.482	43.237	42.802	42.424	41.782	40.257	81.834	95.221	96.044	101.112	102.653	83.278	58.758	50.259
7,01 a 10,00	39.194	41.500	40.894	40.913	40.374	40.366	38.717	36.587	50.187	58.277	58.532	61.511	59.225	48.145	35.012	28.784
10,01 a 15,00	29.676	31.797	30.391	29.230	29.852	29.659	28.513	27.468	30.371	34.847	33.746	35.212	34.210	26.699	18.686	14.671
15,01 a 20,00	11.973	12.575	12.060	11.386	11.934	11.694	11.161	10.643	11.474	13.583	12.634	12.555	12.030	8.890	6.273	4.540
Mais de 20,00	14.648	15.780	15.101	13.693	14.352	13.484	12.441	11.202	14.296	18.311	13.591	13.599	12.904	8.961	5.745	4.156

(continua)

Tabela 6- Brasil: emprego formal segundo setores e faixas de rendimento (conclusão)

	Comércio								Serviços							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 0,50	25.206	23.941	29.014	31.443	36.325	40.588	42.908	44.155	85.725	89.915	99.699	100.672	110.288	116.144	121.724	127.391
0,51 a 1,00	410.184	396.980	425.495	418.959	405.434	377.418	369.555	359.596	768.907	729.372	782.894	772.625	775.534	737.045	758.544	772.547
1,01 a 1,50	3.793.459	3.740.846	4.178.890	4.255.324	4.040.572	3.954.773	3.990.421	4.008.128	4.603.619	4.719.878	5.265.625	5.354.838	5.244.560	5.118.339	5.226.385	5.228.430
1,51 a 2,00	1.935.340	2.161.368	2.104.863	2.190.927	2.416.293	2.414.886	2.318.097	2.321.611	2.625.859	2.883.623	3.030.939	3.131.087	3.267.708	3.324.856	3.213.037	3.274.306
2,01 a 3,00	1.167.394	1.340.054	1.315.327	1.398.499	1.534.198	1.499.553	1.398.267	1.367.676	2.439.321	2.740.023	2.780.131	2.990.791	3.270.490	3.227.421	3.043.220	3.051.456
3,01 a 4,00	413.692	465.670	455.898	481.909	518.232	500.562	455.146	446.820	1.105.019	1.226.580	1.244.886	1.320.226	1.409.660	1.387.693	1.313.672	1.308.004
4,01 a 5,00	189.036	214.216	214.259	222.606	240.928	225.037	203.574	200.991	592.234	657.328	659.688	685.464	738.123	721.529	682.238	679.007
5,01 a 7,00	168.633	189.068	186.091	191.334	203.504	189.771	168.992	165.610	658.145	716.543	723.746	750.857	786.450	772.770	733.543	726.133
7,01 a 10,00	89.906	99.476	99.219	98.745	104.186	96.366	88.258	86.753	495.635	544.408	538.805	549.214	579.343	580.259	536.269	537.535
10,01 a 15,00	53.185	58.350	59.877	60.255	62.782	58.974	54.424	53.985	382.219	421.002	419.381	429.204	446.952	451.858	412.992	416.331
15,01 a 20,00	21.801	23.851	24.472	24.048	24.348	23.338	21.034	20.865	165.821	180.865	169.993	171.104	182.546	184.949	166.721	166.436
Mais de 20,00	28.578	32.184	30.882	30.438	30.906	29.578	26.355	25.228	170.092	192.724	170.832	177.716	189.824	193.142	157.014	156.017
	Administração Pública								Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Até 0,50	44.243	45.001	55.828	46.951	18.025	20.067	22.284	24.552	3.554	4.262	4.043	4.012	4.083	4.489	4.396	4.891
0,51 a 1,00	449.004	419.520	386.065	449.182	426.582	400.370	404.436	438.213	155.075	152.823	140.946	132.314	129.255	121.382	117.040	117.041
1,01 a 1,50	1.752.204	1.689.545	1.604.117	1.705.392	1.591.302	1.549.436	1.538.850	1.702.334	614.907	615.480	615.245	607.893	582.950	580.878	596.786	603.117
1,51 a 2,00	1.132.681	1.142.434	1.169.422	1.202.397	1.196.569	1.212.014	1.143.529	1.213.857	283.365	309.321	305.574	309.796	317.810	337.296	324.424	333.979
2,01 a 3,00	1.573.221	1.625.599	1.582.513	1.614.617	1.634.394	1.588.434	1.550.769	1.603.548	210.015	238.620	235.902	248.506	261.054	269.538	256.615	263.811
3,01 a 4,00	1.060.449	1.086.507	1.092.849	1.133.716	1.130.276	1.111.049	1.092.544	1.120.223	65.088	74.298	73.640	79.467	82.192	83.430	77.571	78.111
4,01 a 5,00	741.664	765.859	778.386	815.086	842.365	795.064	781.609	800.892	21.728	25.605	25.937	27.881	29.850	29.555	27.366	27.879
5,01 a 7,00	869.482	948.647	943.757	961.963	1.016.011	1.028.341	934.412	943.144	15.572	19.177	18.958	21.176	21.979	22.125	20.263	20.431
7,01 a 10,00	534.247	569.834	567.211	617.745	662.973	653.448	599.722	587.937	8.513	9.536	9.087	10.133	10.341	9.795	9.337	9.242
10,01 a 15,00	339.732	371.345	353.589	386.109	415.693	418.937	377.707	368.078	4.252	5.215	4.724	5.397	5.473	5.217	4.858	4.887
15,01 a 20,00	141.091	151.675	155.829	160.546	165.038	165.503	149.396	150.779	1.421	1.742	1.646	2.032	1.844	1.742	1.540	1.626
Mais de 20,00	242.710	243.696	207.727	202.841	214.087	209.490	183.781	183.885	1.634	2.082	1.903	2.118	2.198	1.742	1.506	1.564

Fonte:

RAIS/MTE.

Elaboração

própria.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nos níveis de salariais até 0,5 de 2,01 a 3 salários, com variação média de 11,7% e 5,6%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -3,5% e -1,7%, registradas pelas faixas de rendimento de mais de 20 salários e de 1,01 a 1,5 salários, respectivamente. No setor de construção civil, à exemplo da SIUP, a variação mais significativa foi de 5%, para aqueles com rendimento de até 0,5 salários; enquanto que aqueles com rendimento de mais de 20 salários e de 15,01 a 20 salários observaram decréscimos médios de 13,8% e 10,9%, respectivamente.

Os setores de comércio e serviços experimentaram variações similares em relação aos decréscimos, no sentido de que as taxas de crescimento mais significativas ficaram a cargo das faixas de rendimento de até 0,5 salários e de 2,01 a 3 salários, sendo de 8,6% e 2,5% no setor de comércio e de 5,9% e 3,4% no setor de serviços, respectivamente. Já as taxas de crescimento negativas mais significativas tiveram certa diferença, ficaram a cargo daqueles com rendimento de 0,51 a 1 salários, com variações médias de -1,8%, no setor de comércio e a cargo daqueles com rendimento de mais de 20 salários no setor de serviços, com variações médias de -0,7%. Salienta-se o fato de que no setor de serviços, somente esta faixa de rendimento apresentou taxa de crescimento média negativa.

Por fim, na administração pública, aqueles com rendimento de 7,01 a 10 salários e de 10,1 a 15 salários experimentaram crescimento do volume de emprego formal nessa faixa de rendimento de 1,5% e 1,4%, respectivamente; enquanto na agropecuária as variações positivas mais significativas foram de 5% e 4,4%, nos níveis de rendimento de até 0,5 salários e 5,01 a 7 salários, respectivamente. Quanto às variações negativas, na administração pública as mais significativas ficaram a cargo daqueles com rendimento superior a 20 salários e de até 0,5 salários, os quais experimentaram variações médias de -3,6% e -2,7%, respectivamente; enquanto que na agropecuária aqueles com rendimento de 0,51 a 1 salário mínimo perderam, em média, mais postos de trabalho, com variação média de -3,9%.

No quadro geral, um fato quase predominante: aqueles com rendimento de até 0,5 salários figuraram em todos os setores, à exceção da administração pública, entre aqueles que observaram as maiores taxas de crescimento – indicando que o menor nível de rendimento foi o que apresentou maior expansão relativa entre 2010

e 2017. No sentido contrário, aquele que figurou mais vezes com perdas de postos de trabalho foi aqueles com rendimento superior a 20 salários.

4 MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE: 2010-2017

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O capítulo anterior buscou observar o mercado de trabalho no âmbito nacional a fim de que sejam feitas comparações entre as características e dinâmica deste em relação ao mercado de trabalho maranhense. No que se refere a este, vale dizer que constitui resultado do processo de formação das bases produtivas do estado. Assim sendo, pode-se dizer, segundo Mesquita (2011) que foi impulsionado, e seguiu aos interesses, do centro-sul do país em seu processo de desenvolvimento.

Tomando como verdadeira a afirmação de Mesquita (2011), o resultado desse desenvolvimento seguindo ditames não locais é que a estrutura produtiva do estado não se desenvolveu de forma equitativa, haja vista que alguns setores recebem significativos subsídios e benefícios fiscais, enquanto a maioria é deixada à margem do desenvolvimento produtivo (PEREIRA, 2017).

De acordo com Costa (2014), ao se avaliar a economia maranhense é possível constatar a baixa diversidade da estrutura produtiva do estado, altamente concentrado na produção de bens primários, no qual se destacaram as atividades relacionadas à produção de commodities agrícolas e minerais, o que demonstra a não equidade no desenvolvimento estrutura produtiva maranhense.

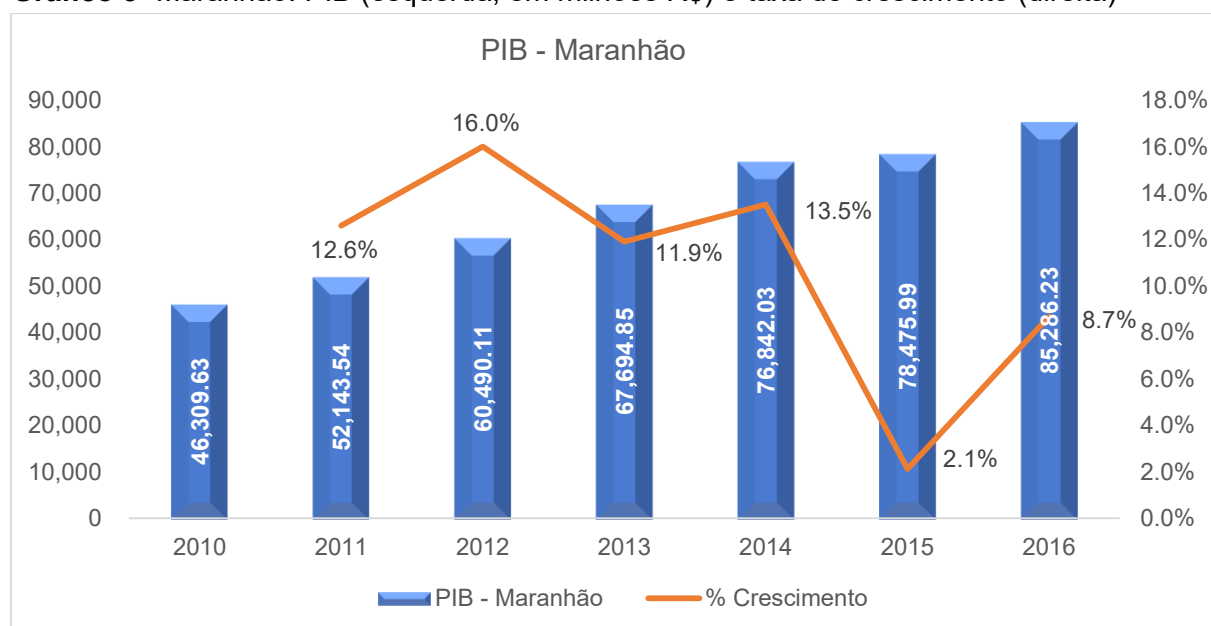
A despeito dessa concentração produtiva, os anos 2000 foram promissores para a economia maranhense, à medida que o crescimento desta foi beneficiado pelas condições macroeconômicas, além dos efeitos multiplicadores resultantes da política expansionista do Governo Federal após alcançadas condições macroeconômicas estáveis ante às políticas restritivas que implantadas até 2004. O resultado deste período de crescimento promissor foi uma maior demanda sobre o mercado de trabalho.

4.2 PRODUTO E EMPREGO NO MARANHÃO

Como salientado na seção anterior, os anos 2000 marcam um período promissor para a economia maranhense, haja vista esta apresentar taxas de crescimento expressivas – maiores, inclusive, que as taxas médias experimentadas

pela economia nacional e regional (Pereira, 2017). Também como já aludido, o mercado de trabalho está condicionado à dinâmica da atividade econômica e representa tanto um indicativo quanto um resultado do dinamismo econômico, de tal forma que, assim como feito no capítulo anterior, a avaliação da dinâmica e caracterização do mercado de trabalho maranhense perpassa antes pela avaliação do ritmo de atividade econômica no período aqui considerado. Nesse sentido, o gráfico 3 apresenta a evolução do PIB maranhense entre 2010 e 2016.

Gráfico 3- Maranhão: PIB (esquerda, em milhões R\$) e taxa de crescimento (direita)



Fonte: IBGE – SIDRA. Elaboração própria.

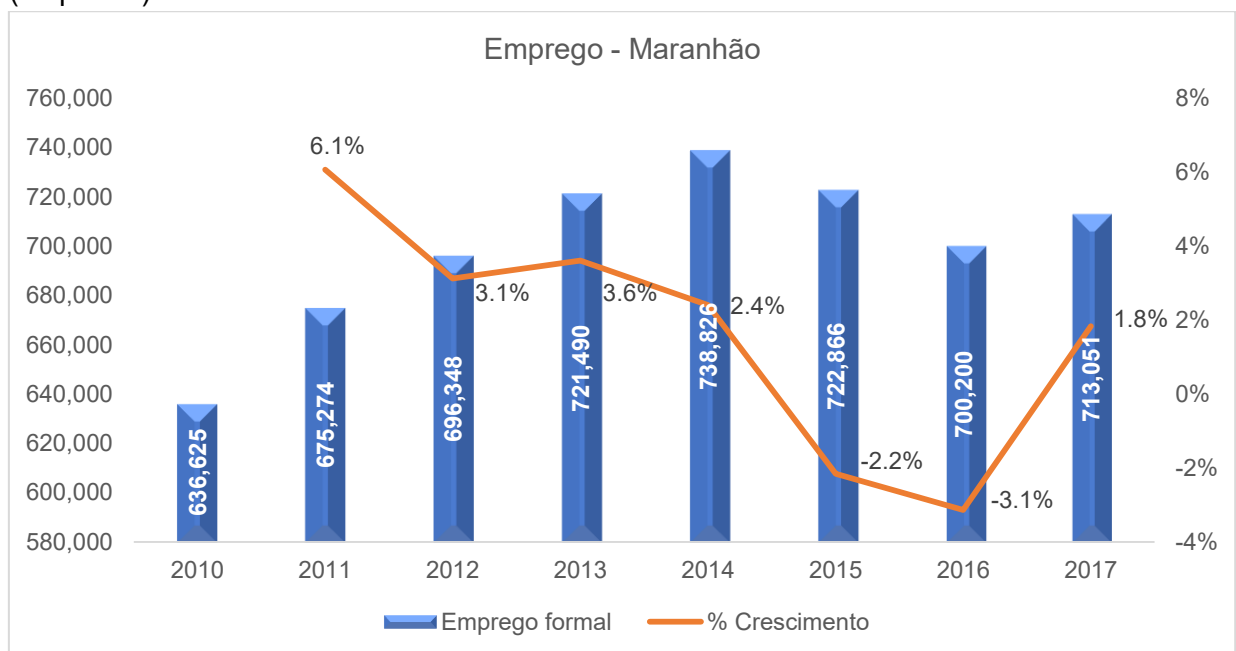
Pelo gráfico 3 se pode ver a evolução da economia maranhense em termos nominais. Vê-se que ao longo do período a economia maranhense apresentou, em termos nominais, crescimento contínuo. No entanto, se considerada a dinâmica do produto em termos reais, a preços de 2016, tem-se que entre 2014 e 2015 a economia maranhense apresentou taxa de crescimento negativa.

Considerando os valores, o PIB maranhense sai de R\$ 46.309,63 milhões em 2010, passa para R\$ 67.694,85 em 2013, fechando o período em R\$ 85.286,23 milhões em 2016. Nominalmente, a taxa média de crescimento da economia do estado ao longo do período foi de 10,8% - como salientado no início da seção, superior à média nacional. Vale dizer ainda que entre 2010 e 2013 essa média foi de 13,5%, caindo, entre 2013 e 2016, para 9,1%. Já quando considerada a variação a preços de 2016, o que se tem é manutenção de taxa de crescimento superior a 5% ao ano até 2014. No período como um todo, a taxa média de crescimento a preços

de 2016 foi de 3,7%. Se realizado o mesmo exercício feito anteriormente, tem-se que entre 2010 e 2013 a taxa de crescimento real da economia maranhense foi de 7%, caindo para -1,7% entre 2013 e 2016, resultado da queda da atividade em termos reais entre os anos de 2014 e 2015 (-7,7%).

Como a economia maranhense manteve certa estabilidade em sua trajetória de crescimento, o mercado de trabalho do estado teve isto a seu favor ao longo do período. Nesse sentido, o gráfico 4 apresenta a evolução do emprego formal no Maranhão, bem como a taxa de variação deste indicador.

Gráfico 4- Maranhão: evolução do emprego formal (direita) e taxa de crescimento (esquerda)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Como é possível perceber pelo gráfico 4, o emprego formal no Maranhão apresentou evolução contínua até 2014, quando, a partir de então, observa quedas até 2016 e uma leve recuperação em 2017.

Considerando os estoques observados, o emprego formal do estado sai de 636 mil em 2010, passa para 738 mil em 2014, fechando o período em 713 mil postos de trabalho formais em 2017.

Quando observada a variação do emprego formal no estado, vê-se que ele sofreu menos os efeitos das instabilidades do econômicas, comparativamente ao emprego formal nacional. De forma geral, a taxa média de crescimento do emprego formal entre 2010 e 2017 no estado foi de 1,7%. Se considerada a variação entre

2010 e 2014, a taxa média de crescimento do indicador foi de 3,8%; enquanto que entre 2014 e 2017 a média de crescimento foi de -0,3%.

Pela variação observada ao longo do período, vê-se que a destruição de postos de empregos formais após 2014 foi menos significativa no estado, em termos de variações percentuais, comparativamente à destruição nacional. No entanto, assim como observado no âmbito nacional, cabe aqui avaliar o emprego formal no estado segundo os setores de atividade, como disposto na tabela 7.

Tabela 7- Maranhão: emprego formal segundo setores de atividade econômica

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2010	1.649	35.947	6.400	59.688	118.404	141.667	254.976	17.894
2011	1.859	38.472	6.577	60.863	127.083	161.347	259.342	19.731
2012	2.126	40.811	5.336	59.643	136.353	175.148	257.277	19.654
2013	2.454	43.201	5.535	58.326	142.878	186.527	263.916	18.653
2014	2.388	41.789	5.663	56.455	151.348	193.207	269.067	18.909
2015	1.777	40.993	5.933	50.119	152.045	184.041	270.545	17.413
2016	1.557	38.564	5.730	36.985	149.122	186.253	263.755	18.234
2017	1.464	35.476	6.282	36.592	146.239	187.563	280.179	19.256

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A tabela 7 possibilita identificar, no âmbito estadual, em função do emprego, quais setores apresentaram maiores dificuldades frente ao cenário de instabilidade que se instaurou no país. De acordo com a tabela 7, os setores com maiores níveis médios participativos a composição do emprego formal no país ao longo do período foram, em ordem decrescente: administração pública, serviços, comércio e construção civil.

Considerando as participações médias⁴, a administração pública foi responsável por em média 37,5% do emprego formal do estado entre 2010 e 2017. O setor de serviços, por sua vez, teve participação média de 25,6%, seguido do setor de comércio, com participação média de 20,2% e da construção civil, com participação média de 7,2% ao longo do período. A indústria de transformação e os setores agropecuário, SIUP e o extrativo mineral apresentaram participações menos significativas, sendo elas de 5,6%; 2,7%, 0,8% e 0,3%, respectivamente.

Para efeitos de agregação em “grandes setores”, pode-se dizer ainda que o emprego formal maranhense foi composto, em média, por 6,7% resultante do setor industrial (desconsiderando a construção civil); 63,2% do setor de serviços; e, se considerada ainda a junção com o setor de comércio, isto é, o grande setor

⁴ Dada por: $\frac{\text{emprego do setor}_t}{\text{emprego total}_t}$

“comércio e serviços”, a participação média deste na composição do emprego formal do estadual foi de 84,4%, ou seja, mais de quatro quintos do emprego total.

Quando observada a variação do emprego formal no estado em termos setoriais, vê-se que a taxa média de crescimento do setor extrativo mineral foi de -0,6% entre 2010 e 2017, sendo esta variação de 10% entre 2010 e 2014; e de -11,7% entre 2014 e 2017. A indústria de transformação, por sua vez, apresentou taxa média de crescimento de -0,02% entre 2010 e 2017, tendo variação média de 3,9% entre 2010 e 2014; e de -4,8% entre 2014 e 2017.

Já o setor de SIUP observou taxa média de crescimento de 0,1% no período considerado, tendo variação média de -2,5% entre 2010 e 2014; e de 3,3% entre 2014 e 2017. Quanto ao setor de construção civil, este teve trajetória de crescimento com média de -6,3% entre 2010 e 2017, tendo esta média negativa significativa sido puxada pela variação nos últimos anos do período, haja vista que entre 2010 e 2014 a variação média foi de -1,4%; enquanto que entre 2014 e 2017 foi de -10,4%.

No que se refere à variação do setor de comércio, este experimentou taxa média de crescimento dos empregos formais de 3,1% no período como um todo, tendo registrado crescimento do emprego formal de 6,3% entre 2010 e 2014 e de 0,6% entre 2014 e 2017. O setor de serviços, por sua vez, apresentou média de crescimento no emprego formal de 4,2% entre 2010 e 2017, com médias de variação de 8,1% entre 2010 e 2014; e de 0,2% entre 2014 e 2017.

Por fim, no que tange às variações dos setores de administração pública e agropecuário, estes observaram taxas médias de crescimento de 1,4% e 1,2%, respectivamente, entre 2010 e 2017. A administração pública teve variação média de 1,4% entre 2010 e 2014; e de 1,6% entre 2014 e 2017. Já a agropecuária, experimentou variação média de 1,5% entre 2010 e 2014; e de 0,9% entre 2014 e 2017.

No geral, percebe-se que os setores que não apresentaram variação negativa em nenhum dos intervalos de tempo considerados foram os setores de comércio, serviço, administração pública e o agropecuário. Já no sentido contrário, os setores que apresentaram variações negativas mais significativas foram os setores de construção civil, indústria de transformação e o extrativo mineral, indicando que foram os setores onde houve maior destruição de postos de trabalho formal ao longo do período.

Apresentada a dinâmica do emprego formal no estado, cabe agora, à exemplo do que fora feito no âmbito nacional, tecer alguns comentários no intuito de caracterizar o mercado de trabalho maranhense. Para tanto, seguir-se-á a ordem de exposição dos indicadores apresentados no capítulo anterior. Assim sendo, a primeira característica considerada se refere à sua distribuição em função do gênero, como pode ser observado na tabela 8.

Tabela 8- Maranhão: emprego formal, segundo setor e sexo

	Extrativa mineral		Indústria de transformação		Serviços industriais de utilidade pública		Construção Civil	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	1.465	184	29.924	6.023	5.236	1.164	55.965	3.723
2011	1.674	185	31.978	6.494	5.420	1.157	56.374	4.489
2012	1.883	243	33.372	7.439	4.346	990	55.229	4.414
2013	2.099	355	35.416	7.785	4.517	1.018	53.819	4.507
2014	2.071	317	33.666	8.123	4.581	1.082	51.613	4.842
2015	1.547	230	32.813	8.180	4.781	1.152	45.735	4.384
2016	1.351	206	30.186	8.378	4.645	1.085	33.809	3.176
2017	1.249	215	27.479	7.997	5.143	1.139	33.642	2.950
	Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	73.921	44.483	86.244	55.423	94.596	160.380	16.277	1.617
2011	78.159	48.924	96.162	65.185	96.350	162.992	18.098	1.633
2012	83.079	53.274	102.695	72.453	97.981	159.296	18.081	1.573
2013	86.110	56.768	107.326	79.201	98.225	165.691	17.022	1.631
2014	90.622	60.726	108.612	84.595	100.276	168.791	17.176	1.733
2015	90.956	61.089	103.648	80.393	101.444	169.101	15.800	1.613
2016	89.635	59.487	103.031	83.222	100.155	163.600	16.389	1.845
2017	88.118	58.121	102.359	85.204	108.002	172.177	17.413	1.843

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A tabela 8 demonstra que, à exceção da administração pública, em todos os setores há predomínio do gênero masculino na composição do emprego formal na economia maranhense. Considerando as participações médias de cada gênero em relação ao total de emprego formal do estado, vê-se que, em média, o gênero masculino representa 55,6% do emprego formal do estado; enquanto que o gênero feminino representa 44,4%.

De forma individual, os setores que apresentaram os percentuais mais significativos de participação do gênero masculino foram os setores de: serviços (14,4%), administração pública (14,2%) e comércio (12,1%). Nesse mesmo sentido, o gênero feminino apresentou os maiores percentuais nos setores de administração pública (23,6%), serviços (10,8%) e comércio (7,9%).

No que se refere à variação, a taxa média de crescimento dos empregos formais ocupados pelo gênero masculino foi de -0,3% entre 2010 e 2017; enquanto que o gênero feminino observou taxa média de crescimento de 20,5%. Isto é, no Maranhão, assim como ocorre no âmbito nacional, ao longo do período os homens experimentaram maiores perdas de postos de trabalho formal, perdas essas puxada pelo setor de construção civil – setor predominantemente ocupado por homens – o qual registrou média de crescimento de -6,6% no período como um todo; enquanto que para o gênero feminino, a variação mais significativa foi no setor de serviços (6,5% entre 2010 e 2017).

Em sequência, no que se refere à idade média dos trabalhadores, esta pode ser observada através da tabela 9, que apresenta o emprego formal segundo os setores e faixas de idade.

Tabela 9- Maranhão: emprego formal segundo setores e faixas de idade

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1
15 A 17	1	1	1	0	1	0	0	0	74	97	84	86	80	87	43	68
18 A 24	317	324	353	332	283	170	137	110	7.602	7.876	8.286	8.389	7.789	7.263	6.019	5.321
25 A 29	329	408	466	489	445	244	201	184	7.759	8.231	8.365	8.718	8.410	7.948	7.194	6.282
30 A 39	500	576	682	863	850	655	574	556	11.435	12.472	13.249	14.533	14.182	14.132	13.771	12.869
40 A 49	308	345	386	468	474	421	373	368	6.411	6.817	7.369	7.675	7.541	7.634	7.528	7.093
50 A 64	186	196	226	287	321	270	250	226	2.560	2.854	3.303	3.628	3.632	3.756	3.821	3.656
65 OU MAIS	8	9	12	15	14	17	22	20	106	125	154	172	154	173	186	186
	Serviços industriais de utilidade pública								Construção Civil							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0	4	2	1	0
15 A 17	8	18	3	7	13	27	3	1	102	207	78	35	35	33	18	6
18 A 24	654	576	363	360	309	382	327	339	12.321	12.378	11.368	10.700	9.151	7.376	4.486	4.155
25 A 29	1.179	1.147	874	849	782	779	661	676	12.374	12.294	12.152	11.694	11.075	9.739	6.649	6.056
30 A 39	1.767	1.936	1.487	1.667	1.795	1.992	1.932	2.240	17.830	18.520	19.016	18.972	19.074	17.690	13.323	13.186
40 A 49	1.404	1.419	1.014	983	973	956	961	1.109	10.760	10.857	10.653	10.487	10.435	9.348	7.482	7.783
50 A 64	1.303	1.381	1.488	1.543	1.623	1.618	1.605	1.643	6.111	6.371	6.139	6.178	6.417	5.637	4.736	5.086
65 OU MAIS	85	100	107	126	168	179	241	274	188	232	237	260	264	294	290	320
	Comércio								Serviços							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	6	8	0	4	3	3	6	2	6	5	3	2	27	5	37	15
15 A 17	483	477	495	546	599	657	534	494	310	307	288	338	341	394	341	360
18 A 24	35.495	37.474	39.856	40.121	41.534	39.759	35.951	33.147	20.931	24.421	25.699	26.693	26.194	25.008	23.393	21.977
25 A 29	29.789	31.886	33.709	34.957	36.221	35.369	33.924	32.406	28.427	32.576	35.130	36.913	36.643	33.014	32.541	31.829
30 A 39	33.807	36.587	39.742	42.690	46.456	48.487	49.729	50.215	46.916	54.310	60.036	64.585	67.561	64.654	67.393	68.277
40 A 49	13.519	14.764	15.853	17.105	18.402	19.073	19.890	20.605	29.446	32.296	34.924	36.838	39.183	37.801	38.943	40.503
50 A 64	5.113	5.658	6.426	7.142	7.785	8.291	8.627	8.893	14.820	16.458	17.992	19.912	21.811	21.543	21.938	22.822
65 OU MAIS	192	229	270	310	348	405	460	476	811	973	1.076	1.246	1.447	1.622	1.667	1.779
	Administração Pública								Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 A 14	4	9	0	0	0	2	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0
15 A 17	22	15	21	44	31	26	11	4	13	23	28	14	49	31	15	16
18 A 24	9.673	8.283	6.573	6.799	5.529	5.111	4.310	5.468	2.971	3.133	3.158	2.818	2.853	2.596	2.429	2.594
25 A 29	28.080	26.812	24.124	23.635	21.530	19.194	16.422	17.340	3.906	4.051	3.864	3.443	3.281	2.967	3.034	3.147
30 A 39	80.367	81.895	80.777	83.801	85.156	84.437	80.192	85.391	6.013	6.635	6.738	6.587	6.807	6.299	6.727	7.148
40 A 49	71.769	73.331	72.823	74.694	78.131	80.400	79.374	86.570	3.456	4.012	3.997	3.763	3.872	3.625	3.951	4.155
50 A 64	59.426	62.749	65.883	67.456	70.638	72.570	73.610	74.670	1.486	1.827	1.812	1.960	1.972	1.819	2.003	2.109
65 OU MAIS	5.633	6.235	6.949	7.393	7.959	8.719	9.762	10.677	48	50	56	67	73	76	75	87

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Pela tabela 9 é possível perceber que a faixa de idade situada entre 30 e 39 anos é a principal em volume de emprego formal em todos os setores da economia maranhense. Vale destacar ainda que a segunda faixa de idade mais significativa em volume de emprego formal em quatro (extrativo mineral, serviços, administração pública e agropecuária) dos oito setores é aquela situada entre 40 e 49 anos. Cabe ressaltar que os demais setores restantes cada um apresentou uma “segunda” idade dominante: 25 a 29 anos (indústria de transformação e construção civil); 50 a 64 anos (SIUP); e 18 a 24 anos (comércio).

Em termos de crescimento, as variações (positivas e negativas) mais significativas observadas pelos setores foram, no setor extrativo mineral, para a faixa de 65 anos ou mais, com crescimento médio de 15,1%. No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nas faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29, com crescimento médio de -12,7% e -5,3%, respectivamente, ao longo do período. Já no setor de indústria de transformação, as faixas de idade que observaram as maiores taxas de crescimento média foram 50 a 64 anos e de 65

anos ou mais, com variação média de 5,4% e 8,9%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -4,7% na faixa de idade de 18 a 24 anos.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nas faixas de idade de 15 a 17 anos e de 65 anos ou mais, com variação média de 30,4% e 18,7%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -7,3% e -7,2, registradas pelas faixas de idade de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, respectivamente. No setor de construção civil, por sua vez, a variação mais significativa foi de 8,2%, para a faixa de idade de 65 anos ou mais (esta foi a única faixa de idade que registrou variação positiva no setor); enquanto que faixas etárias de 15 a 17; 18 a 24 e 25 a 29 anos observaram decréscimos médios de -18,9%; -13,4%; e -9,1%, respectivamente.

Já no setor de comércio, as faixas de idade com variações positivas mais significativas foram as de 50 a 64 anos e 65 anos ou mais, para as quais a variação média foi de 8,3% e 14%, respectivamente; enquanto que a única variação negativa (-0,8%) no setor foi registrada na faixa de idade de 18 a 24 anos. Para o setor de serviços as variações positivas mais significativas foram observadas nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 65 anos ou mais, com taxas médias de crescimento de 237% e 12%, respectivamente. Não houve variação negativa para nenhuma faixa de idade do setor.

Por fim, na administração pública e na agropecuária as variações positivas mais significativas foram: 9,6% (65 anos ou mais), para a administração pública e 31% (15 a 17 anos) e 9,1% (65 anos ou mais) na agropecuária. Já as variações mais expressivas no sentido contrário foram: -7,0% (15 a 17 anos); -6,7% (18 a 24 anos) e -6,5% (25 a 29 anos) na administração pública e -2,9% (25 a 29 anos) na agropecuária.

No quadro geral, a faixa de idade que observou maiores variações médias positivas foi a de 65 anos ou mais; enquanto que a que figurou mais vezes dentre as com maiores variações negativas foi a faixa de 25 a 29 anos. Isto conduz a dizer que a faixa de idade que observou maiores ganhos relativos de postos de trabalho foi a de 65 anos ou mais; enquanto que a que experimentou maiores destruições de postos de trabalho formal no estado foi de 25 a 29 anos.

No que se refere ao nível de instrução médio vigente no mercado de trabalho maranhense no período avaliado, a tabela 10 permite perceber que o nível de escolaridade principal em volume de emprego formal em todos os setores produtivos

do estado é aquele relativo ao ensino médio completo. Vale dizer que dos níveis de escolaridade abaixo do médio completo, o fundamental incompleto constitui segunda escolaridade predominante nos setores de indústria de transformação, construção civil e agropecuário. Além deste, destaca-se que o único nível de escolaridade que figura repetidas com relativo destaque é o superior completo, segundo em predominância nos setores SIUP, serviços e administração pública no estado.

Tabela 10- Maranhão: emprego formal segundo setores e níveis de escolaridade

	Extrativa mineral								Indústria de transformação								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Analfabeto	13	19	20	20	22	22	20	18	534	476	440	497	465	568	491	361	
Até 5ª Incompleto	129	207	191	175	131	76	56	58	2.878	2.861	2.545	2.502	2.745	2.780	2.315	1.826	
5ª Completo Fundamental	89	92	95	98	81	55	60	45	2.093	1.943	2.114	1.819	1.572	1.531	1.305	1.027	
6ª a 9ª Fundamental	209	225	240	215	161	130	117	112	4.175	4.155	4.246	4.270	3.493	3.426	3.144	2.720	
Fundamental Completo	245	239	213	212	213	167	156	145	4.760	5.029	5.065	5.142	4.863	4.548	4.046	3.726	
Médio Incompleto	152	191	192	195	171	89	99	89	3.003	3.133	3.532	3.453	3.128	3.163	2.815	2.540	
Médio Completo	707	766	933	931	1.063	787	649	599	16.244	18.382	20.188	22.456	22.281	22.085	21.490	20.353	
Superior Incompleto	20	20	29	40	26	22	28	28	706	764	818	811	794	740	677	676	
Superior Completo	83	97	210	565	519	428	371	369	1.542	1.702	1.840	2.235	2.434	2.140	2.266	2.230	
Mestrado	2	3	3	3	1	1	1	1	8	24	20	15	13	11	14	15	
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	3	1	1	1	1	2	
Serviços industriais de utilidade pública									Construção Civil								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Analfabeto	12	9	4	6	9	15	7	9	520	468	479	579	581	369	311	332	
Até 5ª Incompleto	193	207	90	82	145	95	91	80	5.928	5.659	3.945	3.860	4.046	2.975	1.960	2.056	
5ª Completo Fundamental	303	234	104	119	138	148	129	120	4.075	4.392	3.389	3.917	4.065	2.665	1.347	1.423	
6ª a 9ª Fundamental	565	593	219	217	186	181	164	165	8.205	8.757	7.638	7.759	7.035	6.433	4.456	4.643	
Fundamental Completo	664	728	383	451	394	389	333	373	12.166	9.404	11.304	11.411	9.868	8.450	6.737	6.410	
Médio Incompleto	328	459	195	204	211	182	186	195	4.685	6.298	5.332	4.624	3.690	3.177	2.503	2.266	
Médio Completo	3.281	3.106	2.977	3.064	3.117	3.282	3.223	3.345	22.069	23.767	25.464	22.911	24.673	23.875	17.952	17.738	
Superior Incompleto	218	196	201	177	189	210	214	258	453	508	530	590	622	495	422	409	
Superior Completo	826	1.035	1.149	1.200	1.259	1.416	1.366	1.712	1.561	1.581	1.539	2.656	1.860	1.665	1.284	1.304	
Mestrado	9	8	13	12	14	14	16	25	19	23	19	15	12	11	10	10	
Doutorado	1	2	1	3	1	1	1	0	7	6	4	4	3	4	3	1	
Comércio									Serviços								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Analfabeto	276	215	237	219	201	237	228	217	1.052	829	977	878	873	825	721	608	
Até 5ª Incompleto	1.319	1.335	1.288	1.247	1.305	1.217	1.134	1.023	4.557	5.412	5.323	4.861	4.631	3.831	3.524	2.817	
5ª Completo Fundamental	1.446	1.291	1.365	1.245	1.195	1.136	1.066	965	3.579	3.694	3.820	3.778	3.655	3.168	2.747	2.386	
6ª a 9ª Fundamental	4.871	4.673	4.424	4.281	4.190	3.586	3.238	2.998	5.776	6.003	5.972	6.021	5.681	5.010	4.668	4.030	
Fundamental Completo	8.868	8.453	8.619	8.575	8.477	8.258	7.539	7.113	11.902	12.077	12.629	13.561	13.796	12.523	11.266	11.285	
Médio Incompleto	9.061	9.221	9.227	9.032	8.828	8.321	7.612	7.178	6.841	7.898	8.443	8.863	8.403	7.549	6.969	6.632	
Médio Completo	86.158	94.871	101.582	110.141	118.103	119.893	116.378	116.287	82.343	95.824	101.752	113.546	118.877	113.907	116.430	116.704	
Superior Incompleto	2.529	2.575	2.602	2.627	2.895	2.944	4.942	3.011	4.828	5.636	5.677	5.685	5.858	6.129	6.344	6.650	
Superior Completo	3.832	4.364	6.924	5.425	6.083	6.387	6.915	7.369	20.235	23.254	29.635	28.269	30.264	29.781	32.044	34.643	
Mestrado	39	77	81	79	67	57	62	69	461	596	766	870	959	1.067	1.240	1.468	
Doutorado	5	8	4	7	4	9	8	9	93	124	154	195	210	251	300	340	
Administração Pública									Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Analfabeto	464	178	100	86	93	200	118	311	1.392	1.390	1.335	1.273	1.069	777	714	631	
Até 5ª Incompleto	2.538	5.385	2.235	2.065	2.975	3.611	2.281	3.027	4.136	4.622	4.449	3.833	3.545	2.747	2.766	2.651	
5ª Completo Fundamental	4.687	6.391	3.922	2.693	3.360	4.062	2.988	3.439	1.992	2.570	2.545	2.056	1.871	1.639	1.588	1.647	
6ª a 9ª Fundamental	4.444	4.836	3.798	3.221	3.221	3.652	3.235	3.093	2.840	3.138	3.160	2.596	2.750	2.395	2.321	2.427	
Fundamental Completo	79.038	18.892	47.197	73.640	47.047	14.834	20.802	17.507	2.717	2.617	2.530	2.638	2.878	2.931	3.096	3.431	
Médio Incompleto	4.313	5.350	4.506	4.543	4.378	32.310	32.484	29.310	1.231	1.425	1.470	1.574	1.714	1.600	1.690	1.712	
Médio Completo	119.442	135.950	104.035	96.156	112.187	108.473	101.837	105.228	3.208	3.499	3.778	4.148	4.524	4.805	5.493	6.103	
Superior Incompleto	6.515	10.632	7.213	7.461	8.560	9.158	8.360	8.978	122	121	116	163	160	157	143	154	
Superior Completo	33.372	71.239	82.483	72.989	84.597	93.125	90.805	107.757	253	342	268	367	392	361	419	498	
Mestrado	156	450	1.659	956	2.532	1.015	733	1.321	2	6	1	3	4	1	4	2	
Doutorado	7	39	129	106	117	105	112	208	1	1	2	2	2	0	0	0	

Fonte:

RAIS/MTE.

Elaboração

própria.

Em termos de crescimento, considerando os setores de forma individualizada, as variações mais significativas observadas no setor extrativo mineral foram no nível de escolaridade superior completo e incompleto, com crescimento médio de 37,6% e 8,5%, respectivamente. No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nos níveis de escolaridade 5ª completo fundamental e 6ª a 9ª fundamental, com crescimento médio de -7,9% e -7,8% ao longo do período. Já na indústria de transformação, os níveis de escolaridade que observaram maior taxa de crescimento média foram as de mestrado e superior completo, com variação média de 23,4% e 5,9%, respectivamente; tendo como variações negativas mais significativas -5,7%; -9,2%; e -5,7% nos níveis de escolaridade de até 5ª incompleto; 5ª completo fundamental; 6ª a 9ª Fundamental, respectivamente.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nos níveis de escolaridade de mestrado, doutorado e superior completo, com variação média de 18,7%; 11,9% e 11,4%, respectivamente; tendo como variação negativa mais significativa -12,1% e -8,6%, registradas pelos níveis de escolaridade de 5ª completo fundamental e 6ª a 9ª fundamental, respectivamente. No setor de construção civil, por sua vez, a única variação positiva observada foi de 1,3%, para aqueles com ensino superior completo; enquanto que aqueles com doutorado, até a 5ª incompleto e 5ª completo fundamental observaram decréscimos médios de -18,7%; -12,6% e -10,6%, respectivamente.

Os setores de comércio e serviços experimentaram as variações positivas mais expressivas nos níveis mais elevados de educação. O setor de comércio observou variação de 24,1%; 12,9% e 11,8% nos níveis de escolaridade de doutorado, mestrado e ensino superior completo, respectivamente. No setor de serviços, por sua vez, as taxas observadas foram de 20,6% e 18,2% nos níveis de escolaridade de doutorado e mestrado, respectivamente. Já as taxas de crescimento negativas mais expressivas foram: -6,6% (6ª a 9ª fundamental) e -5,5% (5ª completo fundamental) no comércio; e -6,8% (analfabeto); -5,9% (até 5ª incompleto); e -5,4% (5ª completo fundamental).

A administração pública e a agropecuária, assim como os setores de comércio e serviços, as variações positivas mais expressivas foram registradas nos níveis mais elevados de educação. Na administração pública, aqueles com doutorado, mestrado e superior completo experimentaram crescimento do emprego

formal de 108,9%; 81,7% e 22,8%, respectivamente; enquanto na agropecuária esse aumento foi de 75% e 12%, para aqueles com mestrado e superior completo, respectivamente. Quanto às variações negativas, na administração pública os níveis de escolaridade 6ª a 9ª fundamental e médio completo experimentaram variações médias de -4,3% e -1%, respectivamente (únicas variações médias negativas); enquanto que na agropecuária os níveis de escolaridade que perderam, em média, mais postos de trabalho foram a de analfabeto e até 5ª incompleto, com variações médias de -10,3% e -5,6%, respectivamente.

No quadro geral, o nível de escolaridade que observou mais aparições entre as variações médias positivas foi a de nível superior completo; enquanto que a que figurou mais vezes dentre as com maiores variações negativas foi a 5ª completo fundamental. Isto conduz a dizer que o nível de escolaridade que observou maiores ganhos relativos de postos de trabalho no estado foi para aqueles com superior completo; enquanto que a que experimentou maiores destruições de postos de trabalho formal foi para aqueles com apenas 5ª completo fundamental.

Na sequência, na tabela 11, observa-se emprego formal no Maranhão segundo as faixas de tempo de permanência no trabalho.

Através da tabela 11 é possível perceber os períodos médios de permanência nos empregos formais maranhenses entre 2010 e 2017. Considerando o quadro geral apresentado na tabela, vê-se que o período médio de permanência no trabalho predominante é de 12 a 23,9 meses. Dos oito setores considerados, esta é a realidade em seis deles (extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços e agropecuária); tendo como segundo intervalo de destaque o prazo de 6 a 11,9 meses. Na administração pública e no SIUP o prazo predominante é de 120 meses ou mais; tendo como segundo intervalo de destaque o prazo de 60 a 119,9 meses.

Considerando os intervalos de tempos de trabalho listados, o número médio de postos de trabalho ocupados por um período de até 2,9 meses foi de 6.478 no período de 2010 a 2017, tendo observado uma taxa média de crescimento de -1,5% ao longo do período.

Já o número médio de postos de trabalho formais ocupados no estado pelo período de 3 a 5,9 meses foi de 6.611 entre 2010 e 2017. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento média de número de empregos formais ocupados nesse intervalo de meses foi de 0,2%.

Tabela 11- Maranhão: emprego formal segundo setores e tempo no trabalho

	Extrativa mineral								Indústria de transformação							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ate 2,9 meses	246	172	231	256	149	82	126	93	4.096	4.187	4.418	4.782	3.794	2.893	2.514	2.655
3,0 a 5,9 meses	348	192	233	329	234	140	167	175	4.621	4.728	4.630	4.509	4.003	4.288	4.272	2.968
6,0 a 11,9 meses	350	370	387	501	335	262	174	113	5.991	6.483	5.958	7.811	6.514	5.285	4.459	4.019
12,0 a 23,9 meses	356	575	434	526	690	353	201	288	6.784	7.734	8.568	7.456	8.604	8.169	7.032	6.292
24,0 a 35,9 meses	92	263	407	260	346	404	181	159	3.445	4.188	5.076	5.418	4.488	5.796	5.200	4.654
36,0 a 59,9 meses	100	134	242	384	347	262	426	336	3.999	4.085	4.564	5.547	6.299	5.828	6.360	6.661
60,0 a 119,9 meses	67	79	100	105	194	185	189	252	4.065	4.007	4.364	4.220	4.649	5.429	5.606	5.442
120,0 meses ou mais	90	74	92	93	93	89	93	48	2.940	3.056	3.228	3.455	3.433	3.288	3.113	2.773
Serviços industriais de utilidade pública									Construção Civil							
Ate 2,9 meses	235	216	288	356	141	172	163	185	16.493	14.121	13.331	13.864	9.448	8.171	6.039	7.052
3,0 a 5,9 meses	258	325	291	363	291	280	243	367	13.376	12.678	11.985	13.128	12.299	11.060	5.787	6.648
6,0 a 11,9 meses	1.016	638	311	466	458	726	370	465	14.509	12.301	12.813	12.772	13.642	12.019	7.131	7.739
12,0 a 23,9 meses	796	1.123	439	509	692	506	806	677	7.598	12.563	10.887	9.001	10.887	8.754	7.926	5.587
24,0 a 35,9 meses	817	577	309	279	391	478	302	629	3.311	3.818	5.170	3.661	3.886	4.184	3.764	3.018
36,0 a 59,9 meses	998	1.206	925	471	494	521	571	569	2.400	3.191	3.083	3.300	3.542	3.006	3.254	3.372
60,0 a 119,9 meses	785	942	1.019	1.437	1.521	1.531	1.320	1.140	1.281	1.450	1.854	2.094	2.204	2.427	2.595	2.439
120,0 meses ou mais	1.495	1.550	1.752	1.654	1.675	1.719	1.952	2.248	709	732	511	504	535	485	450	726
Comércio									Serviços							
Ate 2,9 meses	16.233	17.574	17.370	16.913	19.132	13.966	13.528	13.838	16.800	18.862	18.456	18.153	17.465	15.304	13.685	14.640
3,0 a 5,9 meses	14.444	14.502	14.960	16.735	17.062	14.468	12.491	12.064	15.030	19.064	18.743	19.572	17.580	17.118	15.027	14.699
6,0 a 11,9 meses	21.350	21.644	23.295	30.529	24.280	24.596	19.871	19.247	21.605	26.981	26.562	29.358	25.688	28.828	27.203	24.451
12,0 a 23,9 meses	23.147	27.934	29.135	27.435	34.672	34.077	30.906	26.867	24.534	28.701	37.253	34.788	37.501	30.297	36.320	35.174
24,0 a 35,9 meses	14.349	14.167	17.458	16.753	17.482	21.646	22.144	19.789	15.212	15.348	19.099	25.026	23.555	22.014	19.908	24.517
36,0 a 59,9 meses	13.847	15.292	16.587	16.537	19.136	21.207	24.745	26.384	16.364	18.465	19.812	22.003	30.162	27.329	27.287	26.238
60,0 a 119,9 meses	11.180	11.547	12.624	12.942	14.070	16.110	18.880	20.921	15.922	17.103	18.318	20.113	22.363	23.680	27.768	28.754
120,0 meses ou mais	3.841	4.377	4.912	4.999	5.478	5.912	6.495	7.077	16.154	16.751	16.869	17.478	18.827	19.376	18.981	19.041
Administração Pública									Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca							
Ate 2,9 meses	985	1.186	938	1.558	1.128	1.528	1.014	1.528	3.016	3.029	3.371	2.753	2.830	2.168	2.300	2.344
3,0 a 5,9 meses	2.820	3.109	1.731	2.947	2.633	3.767	2.725	4.118	2.543	3.355	2.771	2.698	2.782	2.315	1.881	2.151
6,0 a 11,9 meses	23.465	16.159	18.405	22.687	14.533	17.128	13.879	26.359	3.096	3.596	3.547	3.047	2.912	2.648	2.885	2.889
12,0 a 23,9 meses	22.665	22.916	14.580	17.705	18.916	9.871	15.474	13.167	3.376	3.194	3.485	3.200	3.208	3.506	3.575	3.565
24,0 a 35,9 meses	20.315	19.220	15.635	13.353	16.173	16.482	7.983	12.397	1.646	1.897	1.808	2.069	1.839	1.849	2.222	2.345
36,0 a 59,9 meses	52.262	37.918	36.824	25.115	25.715	26.127	23.341	15.577	1.768	1.817	1.965	2.010	2.189	2.049	2.283	2.705
60,0 a 119,9 meses	57.461	78.432	78.840	87.750	81.736	85.630	68.177	63.882	1.899	2.045	2.038	1.989	1.987	1.896	2.068	2.260
120,0 meses ou mais	74.992	80.390	90.306	92.779	108.209	109.987	131.125	143.091	546	790	668	887	1.060	973	1.017	996

Fonte:

RAIS/MTE.

Elaboração

própria.

A quantidade de empregos formais que teve prazo de duração de 6 a 11,9 meses, por sua vez, foi de 11.236 no período como um todo, tendo experimentado uma taxa de crescimento média de -1,7% entre 2010 e 2017.

Quanto àqueles empregos com prazo de duração situado entre 12 e 23,9 meses, a média destes entre 2010 e 2017 foi de 12.562, com taxa média de crescimento de 2,6% no período como um todo.

No que se refere aos empregos com prazo de duração de 24 a 35,9 meses, estes tiveram média de 8.135 entre 2010 e 2017, tendo experimentado uma taxa de crescimento média de 7,2% ao longo do período.

Já o número médio de postos de trabalho formais ocupados pelo período de 36 a 59,9 meses foi de 10.587 entre 2010 e 2017. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento média de número de empregos formais do estado ocupados que tiveram essa duração foi de 5,6%.

Por fim, os dois últimos prazos de duração considerados de 60 a 119,9 meses e de 120 meses ou mais, foram também aqueles que observaram as maiores médias de empregos formais ao longo do período, de 15.240 e 16.704, respectivamente. Da mesma forma, estes intervalos também observaram as taxas de crescimento médias também expressivas, sendo elas de 8,6% para os empregos formais ocupados pelo prazo de 60 a 119,9 meses e de 4,4% para aqueles com duração igual ou superior a 120 meses.

No quadro geral, o que se pode observar é que os empregos formais com prazo de duração mais longo observaram crescimento ao longo do período, enquanto que dos três menores prazos de duração, apenas o de 3 a 5,9 meses não observou destruição de postos de trabalho. Como salientado no capítulo anterior, o fator principal pelo qual se busca um trabalho é a remuneração que se espera obter com o trabalho. Assim sendo, tal como fora feito em relação ao emprego no âmbito nacional, na tabela 12 é apresentado o emprego formal no maranhense segundo as faixas de remuneração, medidas em número de salários.

Pela tabela 12 tem-se que a faixa de rendimento situada entre 1,01 e 1,5 salários mínimos é a principal em volume de emprego formal em quase todos os setores econômicos do estado. A exceção fica a cargo do setor SIUP. Para este, a faixa de rendimento principal dos trabalhadores é de 2,01 a 3 salários mínimos. Acresça-se a isto o fato de que a segunda faixa de rendimento com maiores volumes de empregos setoriais é a de 1,51 a 2 salários mínimos. Isto é, de formal

geral, a faixa de rendimento principal dos empregos formais maranhense está situada entre 1,01 e 2 salários mínimos.

Quando visto estas faixas de rendimento em relação às suas taxas de crescimento setoriais, considerando os setores de forma individualizada, as variações mais significativas observadas no setor extrativo mineral foram nas faixas de rendimento de 10,01 a 15 salários (22,8%); 15,01 a 20 salários (38,3%); e mais de 20 salários (31,4%). No sentido contrário, nesse mesmo setor, as variações negativas mais significativas foram nos níveis salariais de 0,51 a 1 salário (-4,4%); 1,01 a 1,5 salários (-6,3%); e 1,51 a 2 salários (6,4%). Já na indústria de transformação, o nível de rendimento que observou maior taxa de crescimento médio foi a de até 0,5 salários, com variação média de 36,5%; tendo com variações negativas mais significativas -7,7% e -4,9% nos níveis de rendimento de 7,01 a 10 salários e de 0,51 a 1 salários, respectivamente.

Para o SIUP as variações mais significativas foram observadas nos níveis de 0,51 a 1 (18,7%); 7,01 a 10 (15,5%); 10,01 a 15 (14,7%); 15,01 a 20 (10,7%); e mais de 20 (26,3%) salários mínimos; ; tendo como variações negativas mais significativas -8,5% e -4,6%, registradas pelas faixas de rendimento de mais de 1,01 a 1,5 e de 2,01 a 3 salários, respectivamente. No setor de construção civil a variação mais significativa foi de 16,6%, para aqueles com rendimento de até 0,5 salários (além desta, somente aqueles com rendimento na faixa de 1,51 a 2 salários registraram variação positiva, de 0,2%); enquanto que aqueles situados nas faixas de rendimento mais elevadas observaram variação negativa expressiva, sendo tais taxas de 11,4% (7,01 a 10 salários); 14,1% (10,01 a 15 salários); 18,8% (15,01 a 20 salários); e 26,8% (mais de 20 salários).

Tabela 12- Maranhão: emprego formal segundo setores e faixas de rendimento

	Extrativa mineral									Indústria de transformação								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Até 0,50	0	1	1	0	0	2	0	0		95	124	193	101	191	87	139	309	
0,51 a 1,00	107	67	95	91	84	66	83	60		4.304	3.953	4.605	4.736	3.767	3.400	3.382	2.875	
1,01 a 1,50	560	550	636	599	452	401	348	338		16.132	16.178	17.112	17.387	17.604	17.988	17.617	16.805	
1,51 a 2,00	338	434	383	423	387	249	209	185		5.535	6.541	6.783	7.371	7.592	7.515	6.557	5.655	
2,01 a 3,00	231	314	325	396	510	305	279	238		4.178	5.215	5.389	6.300	5.930	5.804	5.102	4.573	
3,01 a 4,00	119	173	221	166	208	139	127	101		1.701	2.128	2.274	2.377	2.104	1.974	1.700	1.480	
4,01 a 5,00	50	85	103	85	94	67	44	49		846	918	935	1.103	1.030	907	853	745	
5,01 a 7,00	72	68	99	98	96	73	59	74		987	987	1.118	1.254	1.139	912	822	790	
7,01 a 10,00	54	59	63	110	108	78	87	71		1.007	1.021	986	983	792	583	579	549	
10,01 a 15,00	46	47	73	169	157	142	110	121		432	520	431	520	489	450	373	372	
15,01 a 20,00	22	15	35	113	98	80	81	60		122	136	157	183	189	147	102	92	
Mais de 20,00	37	29	66	174	159	130	81	93		146	196	218	216	195	150	130	130	
Serviços industriais de utilidade pública									Construção Civil									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Até 0,50	25	30	19	25	23	31	33	28		62	152	81	109	177	157	115	68	
0,51 a 1,00	179	159	53	146	133	167	120	174		3.361	4.362	3.107	3.640	2.620	1.976	1.392	1.338	
1,01 a 1,50	1.580	1.525	622	601	612	566	627	638		26.775	20.967	20.166	24.150	20.386	18.092	13.154	13.036	
1,51 a 2,00	833	820	523	502	488	632	483	584		11.127	15.145	15.115	13.115	13.541	10.361	9.372	10.183	
2,01 a 3,00	1.283	1.219	1.042	1.015	894	911	887	908		8.810	10.678	11.456	9.321	11.299	10.636	7.436	7.185	
3,01 a 4,00	750	769	652	696	752	792	797	821		3.698	3.571	3.610	3.003	3.150	2.977	1.812	1.597	
4,01 a 5,00	532	537	532	514	518	482	471	587		1.615	1.599	1.609	1.432	1.400	1.325	784	702	
5,01 a 7,00	516	648	658	733	763	782	732	875		1.448	1.420	1.666	1.345	1.338	1.318	830	553	
7,01 a 10,00	264	382	436	481	546	609	640	699		1.028	1.115	1.147	783	768	759	394	362	
10,01 a 15,00	175	211	251	268	320	359	415	455		637	676	666	394	454	466	161	137	
15,01 a 20,00	95	101	163	170	169	178	169	175		310	268	217	137	171	117	56	54	
Mais de 20,00	90	116	298	294	351	342	314	286		416	417	208	134	148	148	47	26	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

No setor de comércio, as taxas de crescimento mais significativas ficaram a cargo das faixas de rendimento de até 0,5 salários e de 2,01 a 3 salários, sendo de 34% e 6,5%, respectivamente. Já as taxas de crescimento negativas mais significativas do setor ficaram a cargo daqueles com rendimento de 15,01 a 20 salários, com variações médias de -5%, e daqueles com rendimento de mais de 20 salários, com variações médias de -8,4%. No setor de serviços, por sua vez, as taxas de crescimento mais significativas ficaram a cargo das faixas de rendimento de 1,51 a 2 e 2,01 a 3 salários, com variações médias de 9,0% e 8,7%, respectivamente. Salienta-se o fato de que o setor de serviços não apresentou taxa de crescimento média negativa em nenhuma faixa de rendimento.

Por fim, na administração pública, aqueles com rendimento de até 0,5 salários, de 10,1 a 15 salários e de 4,01 a 5 salários experimentaram crescimento do volume de emprego formal em suas respectivas faixas de rendimento de 39,3%; 6,4%; e 6%, respectivamente; enquanto na agropecuária as variações positivas mais significativas foram de 66,1% e 35,9%, nos níveis de rendimento de mais de 20 salários e de até 0,5 salários, respectivamente. Quanto às variações negativas, na administração pública as mais significativas ficaram a cargo daqueles com rendimento superior a 20 salários e de 0,51 a 1 salários, os quais experimentaram variações médias de -4,6% e -6,4%, respectivamente; enquanto que na agropecuária aqueles com rendimento de 0,51 a 1 salário mínimo perderam, em média, mais postos de trabalho, com variação média de -2,8% (além deste, somente aqueles situados na faixa de rendimento de 1,01 a 1 salários observaram variação negativa no setor, sendo de -0,2%).

No quadro geral, aqueles com rendimento de até 0,5 salários figuraram em maior número de setores entre aqueles que observaram as maiores taxas de crescimento – indicando que o menor nível de rendimento foi o que apresentou maior expansão relativa entre 2010 e 2017. No entanto, no sentido contrário, aquele que figurou mais vezes com perdas de postos de trabalho foi a faixa de rendimento imediatamente superior à que mais ganhou, aqueles com rendimento de 0,51 a 1 salários. Pode ser que as perdas deste constituíram os ganhos daquele, mas isto fica a cargo de estudos posteriores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve por objetivo fazer uma caracterização do mercado de trabalho formal maranhense com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais, buscando observar ainda a dinâmica do emprego formal no período de 2010 a 2017. Para tanto, foram tomados indicadores relativos à produção e o emprego do estado no período considerado.

No decorrer do trabalho foi possível observar que, seguindo a caracterização de Pochmann (2006), o mercado de trabalho brasileiro passa por três períodos distintos, marcados pelo uso de mão-de-obra escrava, pela consolidação do assalariamento e pela geração de excedentes de mão de obra. Este processo de

estruturação foi lendo, mas observou evolução expressiva, dentre outros aspectos, no que se refere aos direitos trabalhistas e, ainda que a informalidade tenha se apresentado nos últimos anos como saída ao ambiente recessivo que se instaurou na economia brasileira, a formalização do mercado de trabalho observou direitos garantidos constitucionalmente.

Posto os aspectos históricos e políticos de formação do mercado de trabalho brasileiro, as duas seções seguintes destinaram-se à observação e caracterização deste: uma em âmbito nacional e outra, objeto desta pesquisa, em âmbito estadual.

No que se refere a avaliação no âmbito nacional, foi possível perceber que a atividade econômica do país apresentou, em termos reais, taxas de crescimento decrescentes ao longo do período. O resultado deste crescimento menos expressivo se traduziu em menor nível de emprego formal no país nos últimos anos do período considerado. Vale dizer ainda que esta queda se deu muito em função das perdas expressivas de postos de trabalho nos setores de construção civil, extrativo mineral e de indústria de transformação.

De forma mais pormenorizada, as destruições de postos de trabalho atingiram de modo mais significativo o gênero masculino, dada a retração do setor de construção civil, por exemplo, no qual são predominantes. Além disso, os jovens foram os que registram maiores perdas em volume de empregos formais ocupados, enquanto que aqueles com 65 anos ou mais experimentaram aumento do emprego formal. Soma-se a isso ainda o fato de que aqueles com maior nível de escolaridade tiveram crescimento em volume de postos de trabalhos ocupados, em detrimento daqueles com escolaridade reduzida, apesar de que a quantidade de postos de trabalho formal ocupados aumentou para aqueles situados nas menores faixas de rendimento e caiu para os com maiores rendimentos.

Já em relação ao Maranhão, foi possível perceber que o estado apresentou taxas de crescimento expressivas – maiores, inclusive, que as taxas médias experimentadas pela economia nacional e regional. No período como um todo, somente entre 2014 e 2015 a economia maranhense apresentou taxa de crescimento negativa. Assim, o mercado de trabalho formal estadual teve a seu favor um período relativamente estável de dinamicidade do produto, mas que não se traduziram em evolução crescente do emprego, haja vista que 2015 e 2016 registrou crescimento negativo.

Setorialmente, as quedas do emprego formal, à exemplo do que ocorre no âmbito nacional, foram, em grande parte, resultado da destruição de postos de trabalho nos setores de construção civil, indústria de transformação e extrativo mineral, tendo os homens observado queda do emprego formal, enquanto as mulheres, que são minoria no mercado de trabalho formal maranhense, observaram ganhos de postos de trabalho formal.

Outro ponto de destaque se refere à idade dominante no mercado de trabalho formal do estado, que está situada entre 30 e 39 anos, mas a que observou maiores ganhos médios em volume de postos de trabalho formal foi a de 65 anos ou mais; enquanto que a que a com maiores perdas foi a faixa de 25 a 29 anos. Paralelamente a isto, viu-se que o nível de escolaridade habitual destes trabalhadores é o ensino médio completo, apesar do superior completo ter ganhado espaço em volume de emprego formal, em detrimento da perda de postos de trabalho daqueles com menor nível de instrução, principalmente aqueles com 5ª completo fundamental.

Por fim, no que se refere ao tempo de duração de trabalho e rendimento do trabalhador e formal maranhense, viu-se que o tempo médio de permanência em um trabalho formal no estado é de 12 a 23,9 meses, com destaque também ao prazo de permanência de 6 a 11,9 meses. Este tempo de trabalho está, em geral, condicionado a um rendimento predominante de 1,01 e 1,5 salários mínimos com destaque também para rendimentos de 2,01 a 3 salários mínimos. No entanto, o que se viu foi que aqueles com rendimento de até 0,5 salários foram os que mais observaram ganhos, em volume, de postos de trabalho no estado no período avaliado.

De forma geral, pelo exposto, parece correto afirmar que o mercado de trabalho formal maranhense apresentou menor queda, comparativamente ao nacional, ante o ambiente macroeconômico instável que se instaurou. Além disso, no estado o trabalho formal é predominantemente masculinizado, com escolaridade inferior ao nível superior e rendimento que não chega a 2 salários mínimos. Soma-se a isso a concentração do emprego formal no setor de serviço, com destaque à administração pública. Assim, no quadro geral, o mercado de trabalho apresenta baixa diversificação produtiva, carecendo ainda de expansão salarial e instrucional.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas públicas de emprego: experiências e desafios**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12 - jun/dez de 1995.
- BALTAR, P. E. A. **Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, (6): 75-111, jun. 1996.
- COSTA, Paulo Victor de Lima. **Dinâmica do mercado de trabalho maranhense: avanços e retrocessos no período de 2000 a 2012**. São Luís, 2014
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90**. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998. p. 269-294.
- _____. **Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), pp. 94-111, janeiro-março/2005. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>.
- _____. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: Economia e trabalho: textos básicos. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.
- DUALIBE, Mônica. **A informalidade das relações de emprego e a atuação da inspeção do trabalho: uma análise para o Brasil e o Maranhão**. São Luís: Edufma, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. **Produto Interno Bruto**. Série de dados anos 2001 a 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- INACIO, Jessica Caroline Airton. **Evolução do emprego no Brasil: da constituição do mercado de trabalho livre aos anos 2000**. Varginha – MG, 2014. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/4_monografias/20132_J%C3%A9ssica_Caroline_Airton_In%C3%A1cio.pdf.
- KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luís dos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.: il.
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho**. Estudos Avançados 29 (85). Rio de Janeiro, 2015.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n3/9779.pdf>.
- _____; BALTAR, Paulo Eduardo de A. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Cadernos do CESIT. Campinas-SP, n. 21, out., 1996.
- MESQUITA, B. A. de. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. IPEA: Conferência do Desenvolvimento – anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília, 2011

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. (site). **Emprego formal ano base 2002**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>.

PEREIRA, G Serra. **Mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**: padrão de acumulação do estado nos anos 2000. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Itabaiana, 2017.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita (Orgs): Políticas Públicas de Trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Fernando Siqueira dos. **Ascensão e queda do desemprego no Brasil: 1998-2002**. Área Anpec: 13- Economia do Trabalho. 2013.

SILVA, Renan de Castro. **A taxa de desemprego no Brasil entre 2003 a 2012**. São Luís, 2014.